

GREVE GERAL

ADVERTE SARNEY

Os fatos e os números, Estado por Estado, sobre a greve que a grande imprensa diz não ter havido mas o próprio SNI admite ter paralisado 10 milhões de trabalhadores. Os bastidores do movimento, o desempenho da CGT, CUT, confederações, sindicatos. A avaliação de líderes grevistas e os pontos débeis do sindicalismo que o 12 de dezembro pôs a descoberto. O batismo de fogo de uma comissão de fábrica. E a tática dupla do Planalto, que usou desde a proposta de "pacto social" até tanques do Exército para frustrar o movimento. A greve geral do dia 12 contra o pacote econômico e o pagamento da dívida externa, primeira advertência séria ao governo Sarney e à Nova República, está nas páginas 3, 4 e 5.



EDITORIAL

Iniciativa corajosa

A greve do dia 12 assinalou concretamente uma viragem no comportamento popular diante do governo. E desapontou os que, equivocadamente, confundiam o apoio ao congelamento dos preços com o reboquismo em relação à Nova República. Diante da grave ameaça vivida pelo país com as pressões do capital estrangeiro, e com o rumo equivocado tomado pelo governo, os trabalhadores tomaram a iniciativa de gritar alto lá e de condenar as medidas anti-populares e antipatrióticas.

A batalha teve um alcance nacional e demonstrou o nível de descontentamento popular. O protesto ainda foi aquém das exigências do momento, devido aos sérios problemas existentes no movimento sindical, que não podem ser superados de uma hora para outra. Mas foi uma advertência severa. E o governo entrará por uma trilha perigosa se tentar subestimá-la ou reduzi-la a um acontecimento isolado.

O governo saiu desgastado do episódio. Prometeu respeitar a livre manifestação de opiniões. Mas diante do primeiro protesto de maior vulto, agiu como um rei que não admite contestação às suas vontades. Usou o decreto-lei para impor suas orientações - instrumento da ditadura, que havia também prometido não empregar - e investiu furiosamente contra a greve, que é um direito sagrado do trabalhador para manifestar sua discordância.

Para ser fiel às exigências da democracia e do patriotismo, o governo deveria usar a greve como forte argumento diante dos banqueiros internacionais. Jamais poderia tratá-la como "movimento subversivo", seguindo a velha e surrada orientação dos militares, e procurar sufocá-la com ameaças, repressão e demagogia.

Os trabalhadores, ao tomarem em suas mãos a bandeira da

luta pela revogação do Cruzado II e pela suspensão do pagamento da dívida externa, assumem uma importante responsabilidade. Esta atitude tem conotação política? Evidentemente que sim. É vã a tentativa da burguesia de confinar as lutas operárias e populares às meras reivindicações econômicas. Como principal força do movimento progressista, os trabalhadores têm toda razão ao dizer não ao saque do país pelo capital estrangeiro e às vacilações do governo. A greve foi uma iniciativa justa e corajosa.

O povo lutou contra a ditadura para promover mudanças profundas na sociedade brasileira. E a greve do dia 12 faz parte deste processo. Por isto mesmo vai ter outros desdobramentos. As iniciativas dos trabalhadores sempre encontram eco em outros setores sociais. Desta forma é que se desenvolve a formação da frente única em defesa dos interesses maiores do povo e da nação.

As manifestações operárias terão repercussão sem dúvida na Assembléia Constituinte. Os trabalhadores estarão atentos e pressionarão a cada passo os constituintes. Eles sabem que sem luta não obtêm conquista alguma.

Por fim, o movimento grevista demonstrou mais uma vez a necessidade de unidade do movimento sindical. A divisão das centrais sindicais em nível nacional se reflete no encaminamento do combate em cada categoria. A disputa dentro das próprias fileiras operárias não permite que a classe exerça plenamente o seu papel de destacamento de vanguarda.

A imprensa burguesa tenta apresentar a greve como um fracasso. Para isto exagera suas debilidades e esconde sua força. Os trabalhadores não se deixarão enganar tão fácil. Examinarão as falhas do movimento e prosseguirão na luta, pela liberdade, pelo progresso, pela independência nacional.



Foto: Ronald Salgado



Passagem em Salvador, onde tudo parou; tanques nas ruas do Rio; e o metrô de Porto Alegre em greve

Chacina da Lapa reclama justiça dez anos depois

Elza Monnerat e Haroldo Lima, sobreviventes da ação repressiva, depõem sobre o último assassinato coletivo perpetrado pela ditadura, onde morreram Pomar, Arroyo e Drumond. Pág. 10



Pedro Pomar e Angelo Arroyo, mortos pelo Exército

EUA: um ano de propaganda e atos guerreiros

A corrida do governo Reagan para a guerra teve numerosos episódios marcantes em 1986, até esbarrar no escandaloso envolvimento da Casa Branca no negócio ilegal de armas com o Irã e os contras nicaraguenses. Página 2

URSS: um ano de estímulo aberto ao capitalismo

As reformas econômicas de Gorbachov dão sinal verde para a iniciativa privada e procuram atrair investimentos multinacionais do Ocidente, sem muita preocupação em manter sequer uma fachada socialista. Página 5

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Diplomacia de guerra da "era Reagan"

As revelações surgidas recentemente sobre as vendas ilegais de armas para o Irã, com a transferência dos lucros para os "contras" nicaraguenses, servem bem para exemplificar o rumo escolhido pelo presidente Ronald Reagan para a política externa: para impor ao mundo os interesses dos monopólios, vale tudo.

Quando ordenou, em outubro de 1983, a invasão da pequena ilha de Granada, no Caribe, Reagan parece ter dado início a um "novo estilo" - nem tão novo nem tão estilo - de relações internacionais. Estendeu-se a todo o planeta a área sobre a qual se exerce a soberania norte-americana e sobre a qual, portanto, o governo se sente à vontade para agir da maneira pela qual ache necessário e conveniente, inclusive usando da força militar.

O recado parece ter endereço certo: em primeiro lugar, a Nicarágua sandinista, que desafia os ditames de Washington em plena América Central. Outros prováveis alvos da demonstração foram os adversários da Casa Branca no Oriente Médio, especialmente a Líbia, Síria e Irã - este, freqüentemente acusado de patrocinar atentados contra forças dos EUA e seqüestros de cidadãos americanos no Líbano.

Durante o ano passado, 1985, os EUA em pelo menos duas ocasiões praticaram fielmente a "doutrina Reagan": em junho, uma ação no aeroporto de Beirute para recuperar um boing da TWA seqüestrado; em outubro, uma operação de guerra no Mediterrâneo para interceptar o avião que transportava os seqüestradores do navio italiano Achille Lauro.

Todo o planeta sob a ameaça norte-americana

Ao longo deste ano, a administração Reagan fez desta "doutrina" da intervenção em todo o mundo a mola mestra de sua política externa. A pretexto de "combater o terrorismo", bombardeou a Líbia, em abril. Em seguida, desenvolveu uma ampla campanha de pressões junto a seus aliados europeus a fim de convencê-los a adotar sanções econômicas e diplomáticas contra a Líbia e o Irã, países acusados de "sanctuários do terror".

As operações clandestinas da "conexão iraniana", conduzidas pelo Conselho de Segurança Nacional, enquadram-se neste mesmo espírito. Para financiar os "contras" durante um período de quatro anos em que a ajuda militar estava proibida pelo Congresso, o governo violou as próprias leis norte-americanas e mentiu para a opinião pública.

Mas o aprofundamento da escalada intervencionista durante este ano fica bastante claro também quando se lembra que em agosto, depois de quase um ano de pressões, Reagan conseguiu do Congresso a aprovação de uma ajuda militar e "humanitária" de 100 milhões de dólares para os "contras", passando a partir daí a pôr em marcha um amplo plano de abastecimento e treinamento dos mercenários, que coloca tropas norte-americanas perigosamente pró-



ximas das fronteiras nicaraguenses. Cresce, assim, o risco de um processo de "vietnamização" da situação da América Central, com o envolvimento progressivo das forças ianques no conflito - uma situação que se produziu na semana passada, durante incidentes de fronteira com Honduras.

Crescimento contínuo dos armamentos

A "doutrina Reagan" se aplicou também a um grupo ainda mais delicado das relações internacionais, o da corrida armamentista. Durante o encontro que manteve em setembro com o líder soviético Mikhail Gorbachov, Reagan simplesmente impediu que se chegasse a um acordo ao fincar pé no desenvolvimento do programa "Guerra nas estrelas" - um "escudo espacial" de duvidosa eficiência, destinado a neutralizar ataques nucleares adversários, mas pronto também para desencadear os ataques.

Ligado pessoalmente à indústria bélica (ver matéria nesta página), Reagan parece ter dado novo impulso à corrida armamentista. Durante sua gestão, a indústria militar vem crescendo em média 12% ao ano. Entre 1983 e 1984, os EUA conseguiram, após intensa pressão sobre seus aliados europeus, a instalação naquele continente de 572 mísseis de médio alcance

Cruise e Pershing II.

Reveses para Reagan no final do mandato

Durante este ano, Reagan anunciou triunfalmente a assinatura de contratos para as pesquisas da "Guerra nas estrelas", que renderão milhões de dólares para os monopólios norte-americanos e europeus - incluídos a fim de cooptar para o programa os governos de seus países. Ao mesmo tempo, ficam virtualmente bloqueadas as discussões com a URSS sobre a limitação dos armamentos nucleares, o que deixa o mundo sob ameaça de uma escalada armamentista sem precedentes na história.

O escândalo da "conexão iraniana" e a derrota nas eleições de novembro para a renovação do Congresso - quando o Partido Democrata assumiu a maioria das duas casas legislativas - debilitaram politicamente os últimos dois anos de mandato de Reagan. Sob o peso da acusação de ter violado as leis do seu país e enganado o povo e o Congresso, Reagan deverá ter maiores dificuldades para aplicar em toda linha sua "doutrina Rambo". Resta saber até que ponto as experiências passadas no Vietnã e os fracassos presentes terão força para conter a gula intervencionista que parece dominar nos últimos anos a Casa Branca. (S.Q.)

Terrorismo de Estado em ação

Durante 1986, a imprensa mundial não passou o único dia sem mencionar alguma façanha do imperialismo ianque, em sua auto-designada missão de guardião da "liberdade". Essa defesa da liberdade dos EUA foi realizada de inúmeras maneiras. Sob a forma do mais descarado terrorismo de Estado, como foi o ataque à Líbia. Apoiando militarmente grupos assassinos, como os "contras", na Nicarágua ou a Unita, em Angola. Sob a disfarçada ajuda ao combate à droga, introduzindo tropas norte-americanas de contrapeso, como ocorreu na Bolívia.

Como Estado-gangster - segundo a definição do linguista norte-americano Noam Chomsky -, os EUA, sob o governo do presidente Ronald Reagan, continuam insistindo em seu direito de atingir seus fins pela força. A força bruta é também utilizada como alibi, quando se quer a aprovação da população e do Parlamento norte-americano para alguma medida considerada antipática ou contraproducente. O processo de discussão e votação no Congresso da ajuda aos "contras" nicaraguenses é um exemplo dessa tática do governo Reagan de desviar a atenção da população, para enfiar goela abaixo o remédio amargo.

INVASÃO AÉREA

A oposição à concessão de ajuda aos "contras" crescia no início deste ano no país. Então, os EUA enviam forças navais ao Golfo de Sidra e aviões norte-americanos invadem o espaço aéreo líbio, sendo obviamente atacados. Estava criada a oportunidade para os EUA, em uma demonstração de "heroísmo", afundarem navios líbios. A Líbia passou assim para o primeiro plano, e a oposição à ajuda aos "contras" foi temporariamente esquecida.

Mas além das provocações nas costas líbias, no dia 14 de abril deste ano, os EUA bombardearam as cidades de Trípoli e Bengasi, para dar uma lição ao "terrorista" e irreverente coronel Muamar Kadafi. Apesar do governo norte-americano afirmar que os alvos eram militares, a grande maioria das dezenas de mortos foi de civis, inclusive a filha de 15 meses de Kadafi. Alguns meses

depois, o subsecretário de Estado, Richard Murphy, afirmava que a campanha "para fazer Kadafi ficar nervoso" ia continuar.

PEDRA NO SAPATO

Durante 1986, a outra vítima preferida do governo Reagan foi a Nicarágua. Além dos 100 milhões de dólares de ajuda oficial, uma soma incalculável de dinheiro e armas foi entregue aos "contras" através de canais clandestinos, coordenados pela CIA, com o aval da Casa Branca. A derrubada de um avião norte-americano, repleto de armas e munição, em território nicaraguense e a captura do mercenário Eugene Hasenfus apenas comprovaram o que o governo sandinista já tinha reiteradamente denunciado.

Para o governo Reagan, no entanto, o direito internacional e a soberania dos povos são conceitos ultrapassados. No final de junho, a Corte Internacional de Haia, organismo jurídico da ONU, emitiu uma sentença condenando os EUA a pagar uma indenização ao governo nicaraguense pelos danos causados pelos "contras" (armados e treinados pelos EUA). "A Corte não tem competência para lidar com casos dessa natureza" - foi a resposta dos EUA. E os "contras" continuam sendo armados e Honduras e El Salvador continuam servindo de base militar para os EUA em seus propósitos militaristas na região.

NARCOTRÁFICO?

Mas 1986 foi também o ano de combate às drogas. No dia 8 de abril o governo Reagan baixou uma orientação interna secreta que considera o tráfico de entorpecentes como ameaça à segurança nacional. Nos gabinetes de Washington a droga foi misturada ao terrorismo, à subversão e à guerrilha, nascendo do acasalamento o terrível "narcoterrorismo". Para combatê-lo, na Bolívia, foi enviado um primeiro contingente de 170 soldados e seis helicópteros norte-americanos, em julho deste ano. Os trabalhadores bolivianos, no entanto, logo foram às ruas denunciar que o verdadeiro propósito dos militares norte-americanos era sondar o terreno para a instalação de bases militares no país...



Trípoli, a capital da Líbia, bombardeada pelos aviões dos Estados Unidos

Filmes, desenhos, brinquedos... tudo a serviço da política belicista

Ronald Reagan, o cowboy de filmes de Hollywood, não modificou a política cultural norte-americana. Mas aprofundou seu conteúdo belicista, agressivo, sintonizando-a com seus objetivos expansionistas. Desde sua posse, em 20 de janeiro de 1981, esse representante dos monopólios da indústria armamentista (Rockwell International, General Dynamics, McDowell-Douglas, Lockheed, Grumman etc.) deu especial alento a filmes, desenhos animados, histórias em quadrinhos, brinquedos que bulissem com o espírito guerreiro de seu povo. E como o domínio do monopólio ianque não se faz sentir apenas nos EUA, mas em todos os países da órbita norte-americana, sobrou também para nós, brasileiros, o bombardeio ideológico.

Um dado de agora, deste período de espírito natalino: uma entidade estadunidense, a Ação Direta Americana, denunciou que os brinquedos lançados para o Natal nos EUA são "repulsivos", reclamando por serem potencialmente perigosos, verdadeiros arsenais de guerra, muitos dos quais inspirados no personagem Rambo, de Sylvester Stallone.

Rambo é, sem dúvida, o símbolo máximo da era Reagan. E

sua grande aventura foi invadir o Vietnã para ganhar, nas telas de cinema, a guerra que o imperialismo norte-americano perdeu na vida real. Assim que "Rambo II, A missão" foi lançado, camisetas, bonés, posters, brinquedos, bonecos, discos, facas dentadas, chicletes, vídeo-games foram produzidos com o novo herói. Até o exército ianque substituiu o surrado Tio Sam pelo musculoso Rambo em seus cartazes.

"EU TENHO A FORÇA"

As crianças são vítimas diárias de He-Man. No dizer de um estúdio de comunicação, "He-Man é o próprio Reagan, armado com uma espada todopoderosa que é uma metáfora transparente do poderio atômico norte-americano. As frases-chave desse desenho, que já há dois anos faz a cabeça de nossas crianças - 'Eu tenho a força' e 'Pelos poderes de Greyskull' -, remetem todas à restauração do poderio militar norte-americano, desmoralizado com a derrota no Vietnã. Reagan veio para restaurar esse poder".

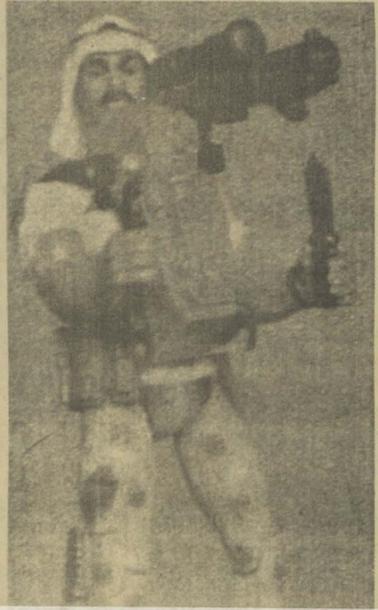
Desenhos, filmes e brinquedos como "Comandos em ação", "Transformers", "Super-máquina", "Profissão: perigo", "Faro-fino", "Trovão azul", "Karate Kid", "Águia de aço" e tantos outros atuam

diretamente sobre o público, incitando-o à ação.

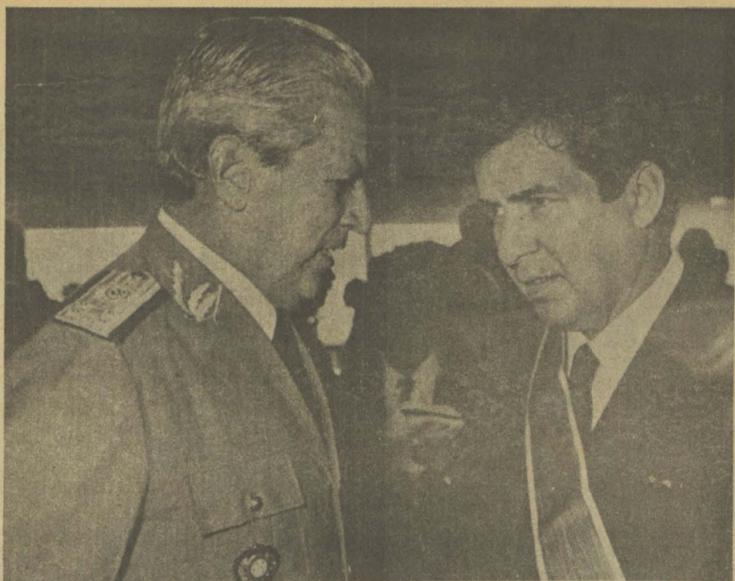
E que ação? A luta individual. Numa sociedade competitiva, vence o melhor. Então, cada um de nós deve ser o melhor, e destruir os adversários. Nem que para isso tenha que se passar por cima de normas, leis, costumes inadaptados ao nosso "tempo de guerra".

Não é por acaso que Reagan considerou "um herói nacional" o coronel Oliver North (não se trata de personagem de ficção), que violou a legislação norte-americana e enviou dinheiro para contra-revolucionários na Nicarágua, Afeganistão, Angola, Moçambique, e sabe-se lá para onde mais. North deve assistir "Comandos em ação" - um desenho animado bem pouco infantil - nas suas horas de folga.

Os meios de comunicação estadunidenses procuram vender a idéia de que os erros do passado - que levaram à derrota no Vietnã e no Irã - já foram definitivamente superados. Os monopolistas preparam os trabalhadores para dar a vida em nome de seus interesses espoliadores. Querem novos mercados, mesmo que ao preço de sangue. Preparam a guerra (Carlos



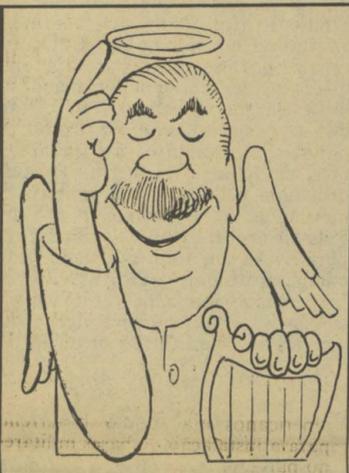
"Nenhum homem, lei ou guerra pode detê-lo", diz o cartaz



Os ministros Pires e Pazzianotto: tarefas distintas, objetivo comum

As duas caras do governo Sarney

O Palácio do Planalto (aconselhado, ao que consta, pelo presidente argentino Raul Alfonsin, que visitou o Brasil há dias), usou diante da greve geral a conhecida tática dupla do morcego: morder e soprar. A parte branda, do sopra, correu por conta do próprio presidente José Sarney e de seu ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, que subitamente ressuscitaram uma proposta de "pacto social" com os trabalhadores. Enquanto isso, a Polícia Federal atuava com a mesma desenvoltura dos anos de ditadura. E a cúpula militar voltava a colocar as manguinhas de fora, e os tanques na rua, mostrando que as Forças Armadas, mesmo na Nova República, mantêm sua velha função de polícia voltada contra o povo.



Tática nº 1: falatório de pacto social

O ministro Pazzianotto teve provavelmente a semana mais cheia de sua gestão, caçando as áreas sindicais que julgava mais sensíveis ao seu apelo contra a greve. Como isca apresentava a proposta de um "pacto", ou "acordo", ou "entendimento social", relançada por José Sarney em seu discurso do dia 4 na televisão. "Desejo dizer - declarou Sarney - que o governo está aberto, a qualquer momento, para renovar suas propostas de pacto social, sem exclusão de ninguém".

Com essa promessa na pasta, lá se foi Pazzianotto, em busca de sindicalistas dispostos a morder a isca. Sentindo pouco espaço na CGT e na CUT, voltou-se para as confederações e federações. E não se pode dizer que voltou inteiramente de mãos abanando. Certas áreas sindicais, tanto ligadas ao velho peleguismo como ao PMDB, amoleceram o corpo nas vésperas e no dia da paralisação. Porém nas duas centrais e nos setores mais atuantes do movimento, essa militância antigreve abalou seriamente a imagem do ministro, havendo até quem reivindicasse sua substituição.

NENHUMA CONSULTA

Vejam: No plano interno, o governo Sarney reapresentou seu "pacto" apenas 13 dias depois do pacote econômico, inteiramente cozinhado nos corredores do Planalto por uma equipe econômica que não consultou sequer o Congresso Nacional, quanto mais os trabalhadores. Na área externa, o governo acaba de concluir um acordo sobre a dívida com as potências imperialistas do Clube de Paris (por ironia, o telex com o OK final do Clube chegou no dia da greve). Para isso, houve primeiro um obscuro acordo não assinado com o próprio FMI, que serviu de avalista. Os trabalhadores - e toda a nação - não foram consultados e nem sequer ouvidos em seus reclamos - embora se tratasse do problema número um da economia.

Frente a isso, é compreensível a má vontade do movimento sindical com a proposta de "pacto", que cheira de longe a um artifício improvisado na última hora para amortecer a greve. Afinal, diante do prato feito do pacote e da dívida, o que é mesmo que o governo tem a negociar?



Tática nº 2: metralhadora e provocação

O Exército entrou de sola contra a greve geral. Tanques e tropas desde a véspera circulavam pelas ruas centrais do Rio de Janeiro, onde ocuparam o acesso ao Aeroporto Internacional do Galeão, o porto e a estação ferroviária da Central do Brasil. Em Volta Redonda, tomaram militarmente a Companhia Siderúrgica Nacional e chegaram a entrar em choque com os operários. Em Santos, fuzileiros navais ocuparam o cais do porto e dez viaturas do Exército se deslocaram para Guarujá.

A ação das Forças Armadas tendo como "inimigo" os trabalhadores não é fortuita. Já no dia 10, em Brasília, reuniu-se uma certa Comissão de Alto Nível para Segurança Interna, composta pelos ministros militares mais o da Justiça, tendo como assunto a greve geral. Pouco antes, também em Brasília, o Exército tivera seu papel no episódio provocativo de 27 de novembro. Em outubro, ocupara as dependências da CSN a pretexto de enfrentar uma greve de metalúrgicos.

SARNEY QUE SE CUIDE

Frente a um governo temeroso dos trabalhadores, os generais mais do que depressa buscam tomar de volta parte do espaço que haviam perdido desde o fim do regime militar. Impuseram, como situação de fato, sua interferência em movimentos grevistas. E José Sarney que se cuida, pois o apetite dessa gente é grande e há indícios fortes de recurso a medidas de provocação, para depois justificar ações repressivas.

É sintomático que um certo Kleber, ex-policiafotografado e identificado pela imprensa durante o quebra-quebra na Rodoviária de Brasília, tenha sido flagrado de novo, no dia 12, infiltrado numa manifestação de grevistas.

Artimanhas desse gênero podem parecer à primeira vista coisas que só acontecem em romances de espionagem, mas não são. Há vários casos semelhantes na folha corrida das Forças Armadas - seja num passado mais remoto, como o "Plano Cohen", que serviu de pretexto ao golpe de 1937, seja recentemente, como no caso Rio-centro, em 1981, quando um capitão e um sargento do 1 Exército foram pilhados durante um atentado terrorista.

A greve geral do dia 12, mesmo com deficiências, cumpriu seus objetivos. Esta é a avaliação das principais lideranças sindicais do país. Para elas, a paralisação teve caráter nacional e foi organizada - evitando as provocações da direita. Com a greve os trabalhadores repudiaram o Cruzado II e exigiram a suspensão do pagamento da dívida externa.

O comando unitário da greve, que reúne dirigentes das três centrais sindicais (CGT, CUT e USI) e das nove confederações de trabalhadores, ainda não apresentou um balanço final do nível de adesão ao protesto. Mas no encontro que fizeram no final da tarde do dia 12, na Assembléia Legislativa de São Paulo, todos os sindicalistas concluíram que a paralisação foi vitoriosa. No encerramento da reunião, uma salva de palmas à unidade na luta do movimento sindical e um consenso: essa greve serviu como uma primeira advertência ao governo Sarney.

Segundo levantamentos parciais, a paralisação do dia 12 atingiu quase todo o Brasil. Tendo como parâmetro a primeira greve após o golpe militar, em 21 de julho de 1983, esta foi mais abrangente. Em 83 pararam basicamente as capitais de São Paulo e Rio Grande do Sul. Agora a greve chegou à maioria dos Estados. Joaquim dos Santos Andrade, presidente da CGT, acredita que o protesto nacional atingiu cerca de 60% da população economicamente ativa do país - que é de aproximadamente 52 milhões de trabalhadores. O próprio SNI admite que mais de 10 milhões de assalariados aderiram à greve.

Outro dado que os sindicalistas utilizaram para considerar o movimento vitorioso foi o de que no dia 12 tudo transcorreu sem maiores incidentes. Antes da paralisação não faltaram boatos alarmantes sobre provocações, a exemplo das que ocorreram em Brasília, que colocariam em risco o frágil processo de democra-



Passeata em Recife: uma prova de que a greve foi nacional, segundo Barroso

tização do país. No final da sexta-feira, entretanto, o movimento sindical constatou aliviado que nada de mais grave ocorrera. Os únicos incidentes ficaram por conta da ação truculenta das forças dos policiais, que em alguns locais prenderam e espancaram.

FORÇA DO NORDESTE

Um fato também chamou atenção dos sindicalistas no balanço da greve: a grande adesão dos trabalhadores do Nordeste. Na maioria das capitais nordestinas a paralisação foi total (ver página 5). Sérgio Barroso, diretor do Sindicato dos Médicos de Alagoas e primeiro secretário da CGT-nacional, foi um dos poucos que não se surpreendeu com este fato. Ele, que participou do comando nacional e por isso ficou em São Paulo na semana da greve, foi bastante elogiado pelo trabalho dos sindicatos do Nordeste, em especial pela atenção da CGT regional.

Para ele, "esta foi a primeira vez que o Nordeste deu uma resposta unificada aos descabros da política econômica. Antes corriam protestos, mas eram isolados. Agora o movimento sindical se levantou em peso contra a opressão e a miséria". Sérgio dá a esta questão uma grande relevância. "Com a adesão de todos os Estados nordestinos e do resto do país, pode-se dizer

que essa foi a primeira greve nacional da história do nosso país", conclui.

Mas se o Nordeste foi um dos destaques na paralisação, São Paulo, o principal centro operário do país, deixou a desejar. Categorias importantes, estratégicas, não aderiram ao protesto devido à inoperância de certos sindicalistas e a greve teve menor impacto na capital paulista, apesar de se expandir pelo interior do Estado. A paralisação também ficou abaixo das expectativas nos outros dois centros urbanos, Minas Gerais e Rio de Janeiro (ver matéria na página 4).

PRIMEIRAS CONCLUSÕES

Apesar da escassez de informações, os sindicalistas já tiram as primeiras lições da greve geral do dia 12. Um consenso é de que ela só foi possível graças à grande unidade que se forjou no movimento sindical brasileiro. Pela primeira vez desde a divisão do sindicalismo, em 1983, todas as centrais e confederações se uniram em



Reunião de avaliação do comando de greve: apesar das divergências, conseguiu manter a unidade na luta

O papel das várias correntes

Para a realização da greve geral foi necessário um difícil trabalho entre as três centrais (CGT, CUT e USI), que publicamente têm posições divergentes. No final, deu para costurar uma frágil unidade e a greve saiu. Essa articulação, feita nos bastidores do mundo sindical, deixou mais cristalino os objetivos de cada uma das centrais.

As diferenças políticas entre as centrais ficaram patentes no próprio processo de preparação do protesto. Nas primeiras reuniões conjuntas foi preciso muita flexibilidade para garantir o conteúdo unitário da greve geral. O ponto que gerou maior controvérsia foi o do objetivo da paralisação nacional e aí os debates foram reveladores. A central petista (CUT), seguindo sua posição de combate sem trégua à Nova República, procurou caracterizar a greve como sendo apenas contra o governo. Nesse sentido, insistiu que ela deveria se restringir a uma única reivindicação: o fim do Cruzado II. Com essa postura, a CUT conseguiu nos debates um aliado inesperado - a USI. Esta central, que é reconhecida de

direita, também tem usado um discurso de combate à Nova República e procura desestabilizá-la... com saudades do regime militar!

Somente a CGT tentou dar um caráter mais amplo e político à greve geral. Defendeu que o Cruzado II era consequência da receita recessiva dos credores estrangeiros e propôs que a greve geral servisse também para pressionar o governo Sarney a adotar uma postura mais corajosa no tratamento da dívida externa, suspendendo imediatamente o seu pagamento. A CGT defendeu sozinho essa posição, e no final conseguiu uma solução de consenso - uma greve contra o Cruzado e a dívida.

Por último, também se sugeriu que a USI pegou uma cartona na greve para aparecer e ganhar um pouco

de credibilidade. Para ela, que não possui qualquer representatividade sindical, esta seria a única forma de garantir assento nas possíveis conversações com o governo.

DESGASTE DO PCB

Além da USI, outra corrente duramente criticada pela CGT e CUT foi o PCB. Esta agremiação, que continua com um pé dentro e fora da CGT, nada fez pelo sucesso da greve. Os sindicatos sob sua influência, como o dos condutores paulistas, foram os que mais trabalharam contra a greve geral. Antes da paralisação, o secretário sindical do PCB, Hércules Correia, divulgou uma nota com ressalvas ao protesto. Essa postura gerou críticas no seu próprio meio. David Zaiá, presidente do Sindicato dos Bancários de Campinas e dirigente municipal do PCB, comentou: "o partido jogou água fria na greve. A nota não ajudou em nada, só atrapalhou. Serviu apenas como freio da luta dos trabalhadores".

Logo for the Fundação Maurício Grabois, featuring a stylized 'FM' and the text 'Centro de Documentação e Memória' and 'Fundação Maurício Grabois'.



Piquete dos eletricitários na Elétopaulo. Só funcionaram os setores que a categoria decidiu não parar.

SP: greve maior que em 83

A paralisação se estendeu pelo interior e teve muitos êxitos

Na interpretação do resultado da greve, especialmente em São Paulo, a imprensa burguesa tentou de distorcer descaradamente a realidade para apresentar o movimento como um grande fiasco das lideranças sindicais. Uma análise que seja fiel à verdade dos fatos, porém, conduz a uma conclusão diferente.

A paralisação no Estado de São Paulo ficou aquém das expectativas dos sindicalistas, especialmente em consequência do desempenho verificado na capital. Apesar disto, atingiu um índice superior ao da greve geral de 1983. Diferentemente do que ocorreu naquele ano, quando o movimento ficou restrito basicamente à Grande São Paulo (capital, ABC, Osasco, Guarulhos), desta vez a greve se espandiu por todo o interior.

ÊXITOS NO INTERIOR

Em Ribeirão Preto, por exemplo, a greve foi praticamente total. Merece ser destacada a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos, que parou todas as fábricas de sua base e ajudou a fechar outras empresas, especialmente no centro comercial da cidade, formando grandes piquetes. Os ônibus não funcionaram.

Em São José dos Campos, também houve uma adesão geral dos motoristas, metalúrgicos, bancários e comerciários. Na região de Sorocaba, o índice de paralisação esteve em torno de 70%. Em Campinas, categorias como metalúrgicos, eletricitários, bancários e funcionários públicos, não trabalharam.

Na região do ABC paulista, a adesão à greve foi em média, superior a 80%, de acordo com informações das lideranças sindicais. São Bernardo do Campo parou completamente, a começar pelas grandes montadoras de veículos, todo o comércio, bancos e ônibus. "Foi um grande domingo", na expressão do presidente nacional da CUT, Jair Meneguelli.

Em Santos, o porto não funcionou, não houve carga nem descarga dos 45 navios atracados. Os cinco sindicatos da chamada "Unidade Portuária" conseguiram a adesão de 100% da base. Os 14 mil trabalhadores da construção civil empregados por empreiteiras da Cosipa também pararam.

DEBILIDADE NA CAPITAL

Na capital paulista, entretanto, a greve ficou bem abaixo das possibilidades e perspectivas do movimento sindical. Pesou, sobretudo, a pequena adesão dos condutores de veículos e a orientação errada do sindicato da categoria (veja o box). Os sindicatos vinculados à CUT também não tiveram um bom desempenho na capital. Na categoria dos químicos, por exemplo, sequer foram realizados piquetes; as empresas do setor funcionaram normalmente em sua maioria. A paralisação entre os bancários foi inexpressiva, o mesmo ocorrendo entre os plásticos.

O comércio também funcionou, embora o comparecimento ao trabalho tenha sido cerca de 40% menor e a maior parte das empresas acabou fechando por falta de clientes; segundo os comerciantes, as vendas foram reduzidas em 70%. Entre os eletricitários, por decisão da categoria, apenas os setores essenciais funcionaram.

Os metalúrgicos também cumpriram seu papel. Cálculos do sindicato indicam que 75% da base aderiram ao movimento. A paralisação foi mais acentuada onde os trabalhadores estão organizados dentro das fábricas. Ford, Aliperti, Mapri e outras fábricas que contam com comissões de operários atuantes, pararam completamente (veja o box sobre a Mapri), numa demonstração inequívoca do poder da organização e unidade dos trabalhadores.

A força dos metroviários

Os metroviários de São Paulo deram um exemplo de mobilização e unidade no decorrer da greve. Desde a madrugada do dia 12 chegavam em seus respectivos locais de trabalho e cruzavam os braços. Já sabiam que os ônibus transitavam normalmente. Tinham consciência de que, no setor de transportes, eram a única categoria que atendeu ao chamado das centrais sindicais, exigindo a suspensão do pagamento da dívida externa e repudiando o Cruzado II. Enfrentavam ainda os ataques da imprensa burguesa, particularmente o rádio e a televisão, que a cada momento afirmava que o metrô estava funcionando. Permaneceram firmes.

Por volta das 10:30 da manhã a linha Leste-Oeste começou a funcionar. Seis operadores fura-greves decidiram se trancar nas cabines e trabalhar. No setor os outros 34 operadores não se deixaram abalar. Também os supervisores, o pessoal da segurança, manutenção, apoio técnico e pessoal da estação. Os carros andavam sem nenhuma segurança, e os poucos passageiros não sabiam. Como afirmou Wagner Gomes, operador há 8 anos na empresa, "a categoria não vacilou; não se abalou com o fato de os motoristas não entrarem na greve. Fizemos o que pudemos. A linha Norte-Sul só começou a funcionar às 19 hs. E a Leste-Oeste andou com um pingo de trabalhadores. Quase 100% da categoria aderiu ao movimento".

Segundo Wagner, essa capacidade de mobilização da categoria deve-se a duas questões: "a concentração da categoria e à atuação da diretoria do Sindicato, que tem um referencial de luta, é classista, democrática, discute politicamente com os trabalhadores, dos quais 90% são filiados ao seu sindicato. Já no 1º Congresso, realizado de 14 a 16 de março, aprovamos a suspensão do pagamento da dívida



Foto: Alilton S. Leite

Wagner: "a categoria não vacilou"

externa, a reforma agrária e outras reivindicações políticas. Essa greve não foi uma surpresa, foi a continuidade de nossa luta".

ÔNIBUS NÃO CIRCULAM

Os metroviários também não se surpreenderam com a atitude da diretoria do Sindicato dos Condutores, que jogou contra a greve. Afinal, apesar das declarações a favor do movimento, os diretores não mobilizaram a categoria. Realizaram uma assembleia para a decidir a questão apenas na véspera. E ainda defenderam posição contrária à participação na greve geral. Motoristas e cobradores votaram a favor da participação. Mas a diretoria do sindicato fingiu-se de surda. Apesar da decisão da assembleia nada fez para organizar os trabalhadores e fortalecer a greve geral.

A posição do sindicato levou muita gente que faltaria ao trabalho se não houvesse ônibus a comparecer com medo de perder o emprego. Os metroviários ficaram sozinhos numa greve que deveria mobilizar todos os transportes.



No pátio do Jabaquara, os trens do metrô paralisados

O poder da comissão de fábrica

A recém eleita comissão de fábrica da Mapri (metalúrgica multinacional com 2.500 trabalhadores, no bairro da Lapa), teve seu batismo de fogo com a greve do dia 12. "A gente começou a discutir desde antes com os companheiros, mostrando que a greve era justa, sem impor nada", relata o presidente da comissão, Cícero Alves da Silva, o Biro - apelido que ele atribui a seus dotes no futebol. Este trabalho, segundo ele, conquistou uma adesão de 80% "mas a gente tinha que ver para crer". Meia noite era a hora marcada para o movimento começar. Com poucos minutos de atraso, os operários abandonaram a fábrica em peso, deixando tudo parado, exceto uma parte da ferramentaria.

No turno seguinte, da manhã, a

tática já tinha que ser diferente: ficar em casa. A comissão, junto com vários operários da noite, ficou diante da fábrica na expectativa da chegada dos ônibus. E quando esses chegaram, em vez de virem com os 54 lugares lotado, como de hábito, tinham em média apenas oito passageiros, dos quais boa parte terminou não entrando. Durante o dia só funcionaram a galvanização e os fornos - com uns 40 trabalhadores, considerados "uma área crítica" pela comissão por trabalharem deslocados da fábrica. Para o Biro, que tem oito anos de Mapri, na construção de máquinas, a maior lição da greve "é a importância da comissão, que os operários se unam e lutem com ela, que é uma alavanca para a liberdade da classe e do povo".

Um movimento que atingiu todas as regiões mineiras

Praticamente todo o Estado de Minas Gerais registrou greves e manifestações no dia 12. Em Betim, ocorreram paralisações parciais na Fiat, FMB e outras indústrias. A Acesita, no Vale do Aço, ficou totalmente parada, o mesmo ocorrendo com o comércio de Timóteo, Coronel Fabriciano e Ipatinga. Os mineiros de Nova Lima também aderiram à greve. Os comerciários de Juiz de Fora pararam, e em Montes Claros a adesão da categoria foi de 20%.

Além das paralisações, ocorreram manifestações em Juiz de Fora, Uberlândia, Valadares e outras cidades. Em Belo Horizonte, mesmo sob cerco policial, 5 mil manifestantes lotaram a praça da rodoviária.

Na capital houve paralisação entre os profissionais de processamento de dados, médicos, professores, funcionários públicos etc. Na TV Minas Gerais e na Bandeirantes, os jornalistas fizeram um acordo com as emissoras: só fariam cobertura da greve geral.

O acordo foi lido no noticiário das emissoras, com a manifestação de solidariedade da categoria aos trabalhadores parados. Na TV Globo, Alterosa e Manchete os jornalistas não trabalharam.

AÇÃO VIOLENTA

A greve e as manifestações só não conseguiram maior adesão devido à ação monstruosa da repressão. Foi mobilizado um imenso aparato militar em todo o Estado. Na Grande Belo Horizonte, desde a véspera já estavam ocorrendo prisões. O presidente da CGT-MG, José Teodoro, foi detido por duas vezes ao tentar paralisar sua categoria - os rodoviários. Na porta da Fiat foram presos três diretores do sindicato, entre eles Alvimar, combativo metalúrgico da empresa. Até mesmo Virgílio Guimarães, recém-eleito deputado federal pelo PT, foi preso nas imediações do local onde se encontrava o comando de greve. Em Acesita, os metalúrgicos realizavam um ato pacífico na porta da fábrica, quando foram selvage-

mente reprimidos e 15 pessoas foram presas. Em Uberlândia ocorreram 10 prisões.

Com todo esse clima de intimidação, o ato na praça da rodoviária, em Belo Horizonte, foi uma grande vitória. Só a partir das 13 horas, depois de um encontro de sindicalistas com a secretária de segurança, foi possível conseguir a liberação da manifestação. A polícia fez um forte cerco ao local, intimidando a população, e o trânsito correu livremente pelas laterais da praça, dificultando o acesso dos populares ao ato.

UMA VITÓRIA

"Vamos provar ao ministro Brodsard que trabalhador não é baderneiro, que deve se manifestar, que baderneiros são a polícia e a repressão. Vamos fazer nosso ato pacificamente", pedia o Comando de Greve, e o ato transcorreu de forma tranquila. A nota dissonante ficou por conta de alguns ativistas da CUT que, no seu sectarismo infantil, tentavam puxar vaia para lideranças de peso, como Célio de Castro, constituinte eleito pelo PMDB com o apoio do PC do B; Tilde, diretor da UNE; e José Teodoro, presidente da CGT. Tentaram também, no comando da manifestação, monopolizar o ato, ressaltando a presença dos militantes do PT e secundarizando a participação da CGT.

"Dia 12, em Minas, foi uma vitória", diz Carlos Magno, presidente do Sindicato dos Professores e integrante do Comando de Greve. "Ocorreram paralisações parciais em diversas categorias e muitas manifestações em todo o Estado. Não foi um clima tranquilo, como afirmou o ministro Pazzianotto, do trabalho, mas um clima de guerra. Guerra declarada pela repressão policial. E mesmo assim realizamos o ato de Belo Horizonte e de várias cidades e a paralisação em todo o Estado. Em comparação com a greve de 1983, está foi bem mais ampla, pois atingiu mais categorias e um número maior de cidades do Estado". (da sucursal)



Policiais federais armados de metralhadoras ameaçam grevistas

Exército sai às ruas no Rio de Janeiro

Para surpresa e indignação dos moradores, o Rio de Janeiro acordou como uma verdadeira praça de guerra. Nos pontos estratégicos, como o Aeroporto Internacional e a estrada que leva à Ilha do Governador estavam coalhados de tanques do Exército. Os soldados tomaram seus postos bem cedo, preparados para atacar trabalhadores desarmados, preparados apenas para uma greve geral.

Como se não bastasse a presença ostensiva do Exército, os cariocas viam por todo lado membros da Polícia Militar e da Polícia Federal. As "tropas" se concentraram também nos locais mais pobres e mais povoados, como a Baixada Fluminense e setores da Zona Norte. Em decorrência, diversos tumultos ocorreram devido à intimidação da população. Diversas pessoas foram presas, muitas ameaçadas com soldados armados.

A Companhia Siderúrgica Nacional foi ocupada desde o dia 11 por militares do 22º Batalhão de Infantaria Motorizada do Quartel de Barra Mansa. Os oficiais do 22º Batalhão pretendiam apreender o caminhão de som usado pelo Sindicato dos Metalúrgicos para convidar os operários a aderir à greve. Os membros do

Comando de Greve deram a mãos, fizeram cerco em torno do carro, cantaram o Hino Nacional e conseguiram fazer os militares recuarem da investida.

Ainda no dia 11, véspera da greve, o Batalhão de Guarda do Comando Militar do Leste ocupou toda área da Central do Brasil. Na Vila Militar, em Realengo, zona norte da cidade, houve grande movimentação de tropas durante todo o dia. Tanques, ocupados com metralhadoras, foram deslocados para diversas áreas.

A população também foi aterrorizada por telefonemas anônimos a lojas do centro da cidade, ameaçando jogar bombas ou dar início a quebra-quebras.

A GREVE OCORREU

Apesar do clima de guerra, houve paralisações como nas barcas e ônibus que ligam o Rio a Niterói, foi localizada em empresas metalúrgicas, nos estaleiros e no metrô.

No interior do Estado houve também paralisações particularmente em Campos, no noroeste fluminense e em Petrópolis. Até mesmo trabalhadores rurais suspenderam o trabalho em algumas regiões. Apesar do clima militar houve greve, mesmo parcial.

Na Bahia parou tudo, capital e interior

Foi a maior greve já realizada na Bahia em todos os tempos. Pararam 100% dos transportes coletivos em Salvador, quase 100% do comércio, metade do serviço de táxis, 70% das indústrias do Pólo Petroquímico de Camaçari e do Centro Industrial de Aratu, além de professores, vigilantes, funcionários públicos e outras categorias.



Os piquetes pelas ruas de Salvador pararam o comércio

trabalhadores baianos também pararam 70% das indústrias do Polo Petroquímico e do Centro Industrial de Aratu. Mais de 80% dos ônibus contratados pelas empresas para transportar os poucos operários que se dispuseram a "furar" a greve foram parados num grande piquete montado pela CGT na BR-324, via de acesso aos dois centros industriais baianos. Já a Polícia Militar prendeu e espancou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e vice regional da CGT, Renildo Souza, o tesoureiro do Sindicato, Hélio Soares, e o assessor sindical, Alfredo Tavares. O veículo do Sindicato foi danificado e o de Hélio Soares foi jogado fora da estrada pela tropa de choque.

MOBILIZAÇÃO EM CAMAÇARÍ

O município operário de Camaçari viveu um dia tenso e de muita mobilização. O comércio parou, do mesmo modo que o funcionalismo público, com o apoio do prefeito Luiz Caetano. Mais de quatro mil pessoas promoveram manifestações no centro e na avenida que liga a cidade ao Pólo. Foram presos David Felix da Silva, Antônio Carlos

da Silva e José Muniz em confrontos com a Polícia Militar. A secretária de educação, Luiza Maia, recebeu voz de prisão quando discursava na manifestação contra as ações policiais, mas sua detenção foi impedida pelos grevistas. O prefeito Luiz Caetano condenou afirmando que "o povo quer é liberdade para protestar e não porrada ou prisão". Houve paralisações também em Feira de Santana, Ilhéus, Juazeiro, Jequié e Vitória da Conquista, que parou totalmente com um grande arrastão pela cidade. Até a prefeitura fechou.

A IMPRENSA PAROU

Pela primeira vez após 304 anos, os jornalistas baianos paralisaram todas as redações de jornais, assessorias de imprensa e televisões, à exceção da TV Aratu (da Rede Globo) e das sucursais dos jornais do sul do país. Os jornalistas baianos, através do seu Sindicato, editaram o "Jornal da Greve" que circulou na manhã do dia 13 com 80 mil exemplares. O jornal foi financiado pela CGT e CUT e fez, em oito páginas, uma ampla cobertura do movimento. (da sucursal)

No RS a greve foi forte

No Rio Grande do Sul a greve se espalhou de Porto Alegre para diversas cidades do interior. Em Santa Cruz, onde nunca se realizara nenhuma paralisação antes, cerca de 80% dos trabalhadores cruzaram os braços. Em Canoas o índice de paralisação foi de 100%; em Pelotas 80%, Ijuí, Gravataí e Cachoeirinha 90%, Santo Ângelo 80%.

Na Grande Porto Alegre o clima era de domingo. O metrô não funcionou. O comércio teve uma adesão de 80% à greve e mesmo assim as lojas funcionavam com as portas semi-cerradas. Cerca de 70% dos bancários não compareceram ao trabalho. Os ônibus (50%) circularam vazios e enfrentando a ira da população que quebrou

muitos vidros e furou os pneus. O quebra-quebra se prolongou por algumas horas. Cerca de 70% dos bancários também aderiram ao movimento. Entre os jornalistas a adesão ao movimento foi de 40%. Na TV Globo apenas a chefia compareceu. 95% dos telefônicos pararam, bem como 30% dos gráficos e 50% dos metalúrgicos. Grandes piquetes percorriam as principais indústrias e locais de trabalho.

A repressão foi considerável. Mais de 20 piqueteiros foram presos: seis deles eram do PC do B. Um diretor da Associação dos Servidores Públicos Municipais foi preso pela PF no dia 11 e violentamente torturado. Depois de libertado precisou ser hospitalizado.

Por volta do meio dia cerca de 2 mil pessoas fizeram um ato de protesto em frente à prefeitura. A vereadora Jussara Cony (PMDB) só não foi presa porque a população impediu a polícia de levá-la. Os presidentes regionais das duas centrais sindicais consideraram o movimento vitorioso.



A polícia agiu com dureza em Porto Alegre

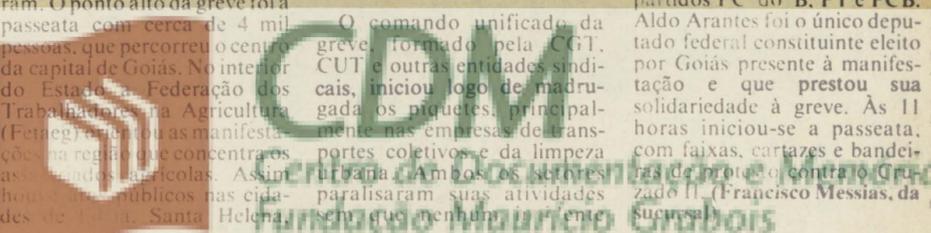
Grande passeata em Goiânia

A greve geral convocada pelas centrais sindicais parou Goiânia. Setores essenciais como transporte coletivo, comércio, bancos, repartições públicas, limpeza urbana e serviços de saúde não funcionaram. O ponto alto da greve foi a passeata com cerca de 4 mil pessoas, que percorreu o centro da capital de Goiás. No interior do Estado a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetneg) realizou manifestações na região que concentra os assalariados agrícolas. Assim houve manifestações nas cidades de Santa Helena

Morrinhos e Goianésia. No município de Niquelândia os operários metalúrgicos decidiram cruzar os braços e aderir ao movimento. Em Anápolis, segunda cidade do Estado, a paralisação foi parcial.

ocorresse entre piqueteiros e a polícia.

O ato público começou por volta das 10 horas, na Praça do Bandeirante. Falaram os representantes da CGT, CUT e dos partidos PC do B, PT e PCB. Aldo Arantes foi o único deputado federal constituinte eleito por Goiás presente à manifestação e que prestou sua solidariedade à greve. Às 11 horas iniciou-se a passeata, com faixas, cartazes e bandeiras de protesto contra o Cruzado II. (Francisco Messias, da sucursal)



As manifestações pelas ruas de Recife foi acompanhada de perto pela Polícia Militar

Surpresas em vários Estados

Aracaju pára em clima de alegria

O clima foi de festa e alegria no dia de paralisação nacional em Sergipe. O índice de adesão à greve foi surpreendente: muitas categorias pararam à revelia da própria direção de suas entidades que não acreditavam na greve geral. Ao final da tarde os trabalhadores fizeram um ato público na Praça Fausto Cardoso, em frente a Assembleia Legislativa.

No dia 12 Aracaju amanheceu desabitada. Nenhum ônibus rodava: os motoristas aderiram integralmente à greve. Era reduzido o número de táxis circulando. De manhã 90% das lojas estavam fechadas e as poucas que abriram logo foram fechadas pelo comando de greve. Até o camelô do mercado aderiram massivamente e fecharam suas barracas.

Os bancários, tanto na capital como no interior pararam conjuntamente. Isto apesar da manobra de alguns ativistas da CUT que impediram que a assembleia deliberasse a favor da greve, alegando que haviam poucas pessoas, que deveria se convocar outra assembleia. A nova assembleia não houve, mas mesmo assim os bancários aderiram à paralisação em massa. Ainda na capital houve paralisação de alguns canteiros de obras de construção, de algumas fábricas, dos telefônicos e eletricitários, das assistentes sociais e parte dos profissionais liberais. Os professores secundários paralisaram totalmente na capital e cerca de 70% no interior. Entre os professores e servidores universitários a adesão foi total. Nenhum órgão público municipal funcionou: os de nível estadual e federal funcionaram precariamente. No interior, além dos bancos que fecharam, boa parte do comércio paralisou. (da sucursal)

ticulares, só funcionaram as UTIs e plantões de emergência. Parte do comércio fechou as portas. Apenas duas grandes fábricas têxteis pararam. No interior houve paralisações parciais em Juazeiro do Norte, Crato, Iguatu, Acopiara, Sobral, Brejo Santo, Quixadá, Tauá, Acaraú, Boa Viagem e Nova Russas. (da sucursal)

Sucesso em Maceió apesar da repressão

Em Maceió a greve foi um sucesso completo. A cidade ficou completamente paralisada. A repressão atuou desde cedo: sete sindicalistas presos, ativistas - inclusive mulheres - espancados, um vereador (Edberto Ticianelli, do PC do B), levados num camburão.

Successivas passeatas no centro da cidade convenciam os comerciantes a fecharem suas portas. O transporte coletivo, que chegou a funcionar precariamente no primeiro expediente, parou a partir do meio-dia. E aí a greve foi praticamente total. O funcionalismo público compareceu em pequeno número, assinou o ponto e foi embora. A Previdência Social parou. Os funcionários da companhia telefônica só colocaram em funcionamento as mesas de telefonia. Setores de energia elétrica, água e esgoto, saúde, pararam. Os bancos chegaram a abrir as portas, mas ficaram sem clientes. Resultado: no horário da tarde todo mundo foi para casa.

O dia de greve foi encerrado de forma festiva e combativa, diante da Assembleia Legislativa, depois que uma caravana de parlamentares e membros da OAB conseguiu libertar os sindicalistas presos no DOPS. Houve um ato público com pronunciamentos de líderes sindicais, dos movimentos populares, partidos políticos, mulheres, estudantes etc. (Pflino Lins, da sucursal)

O maior movimento grevista da Paraíba

O movimento sindical paraibano deu a maior demonstração de força de sua história com a paralisação do último dia 12, que atingiu até o interior do Estado. Os maiores índices de paralisação ocorreram em João Pessoa, Campina Grande e Souza, esta última, cidade do alto sertão.

Em João Pessoa parou todo o comércio, postos de gasolina, repartições públicas, os trabalhadores nas telecomunicações (que já se encontravam em greve há dois dias), a rede escolar pública e privada, as universidades, correios e telegrafos, os trabalhadores dos serviços de água e esgoto e eletricitários. Os bancos não atenderam ao público, apesar da maioria ter pressionado seus empregados a comparecer, e funcionaram apenas internamente. Os ônibus e táxis funcionaram parcialmente (no horário da tarde a maioria dos coletivos urbanos pararam). À tarde houve um ato público e um "barulhão".

Em Campina Grande a paralisação foi quase total. Apenas algumas fábricas não aderiram ao movimento, justamente aquelas categorias dirigidas por sindicatos imobilistas. Em Souza não funcionaram os bancos, a previdência, as escolas, o campus universitário e a maioria do comércio. (da sucursal)

Fortaleza fica sem ônibus e deserta

Em Fortaleza, a categoria que mais se destacou na greve do dia 12 foi a dos motoristas de ônibus urbanos que paralisaram totalmente o trabalho. Mesmo os ônibus interurbanos quase não circularam, pois 90% dos motoristas não trabalharam. Também a totalidade dos servidores municipais, do magistério estadual, dos funcionários dos bancos oficiais (excção do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, cuja paralisação foi parcial), os trabalhadores da Companhia Água e Esgoto do Ceará, Teleceará e das três universidades aderiram à greve. Nos Hospitais da Fusc. Inamps e três par-

No Maranhão um coronel ameaça

Em São Luís do Maranhão, categorias como motoristas, bancários, metalúrgicos, professores da rede particular, comerciários, urbanitários, trabalhadores da construção civil, destacaram-se na greve do dia 12. Em Caxias, Imperatriz, Brasilândia houve paralisação parcial do setor bancário. Em Presidente Dutra a Eletronorte ficou paralisada durante todo o dia.

Apesar das ameaças de repressão do coronel Silva Jr., da Secretaria de Segurança, foi realizado um ato com mil pessoas na principal praça da capital. Também em Imperatriz, Pinheiro e Bacabal ocorreram manifestações. (Washington Luiz de Oliveira, da sucursal)

Mobilização aquém do esperado em PE

Em Recife pararam os eletricitários, trabalhadores de águas e esgoto, os telefonistas da Embratel e Telp, quatro empresas estatais de processamento de dados, as agências do Banco do Nordeste do Brasil e todas do Banco do Brasil, exceto uma, os professores da Universidade Rural e os das escolas particulares. Na área de transportes os metroviários fizeram uma paralisação exitosa, enquanto ônibus e trens transitavam, mas vazios.

Na área da produção a greve foi fraca. Os metalúrgicos não paralisaram nenhuma empresa. Os trabalhadores agrícolas também não aderiram. Os sindicatos não conseguiram traduzir em mobilização todo o clima de apoio que havia e a unidade CGT-CUT foi mais formal que eficaz. O melhor desempenho ficou por conta do Sindicato dos Eletricitários, onde houve preparação com assembleias e reuniões por setor.

O ponto alto do dia foi uma passeata, com cerca de 2 mil participantes e muita gente na rua olhando e manifestando apoio. (da sucursal)



Povo na passeata em Natal

Exército e PM nas ruas de Natal-RN

No Rio Grande do Norte apenas os trabalhadores das empresas de telecomunicações aderiram totalmente à greve geral. Apesar disso o Exército e a Polícia Militar foram colocados de prontidão na rua. A grande maioria dos sindicatos e associações de trabalhadores do Estado aderiram ao movimento grevista. Houve uma passeata e ato público em Natal de protesto contra o pacote econômico. (da sucursal)

Parada total dos ônibus em Teresina

A greve geral foi considerada vitoriosa no Piauí, na avaliação dos líderes da CUT e da CGT do Estado. Apesar de forte aparato policial que inibiu uma maior participação dos trabalhadores, houve uma passeata e um ato público com grande participação popular.

A paralisação dos ônibus foi de 100%, contribuindo para a greve na indústria, na construção civil e no funcionalismo público. No comércio a paralisação foi de 30%, mas a população não compareceu ao centro para fazer compras. Os eletricitários pararam 100%, funcionando apenas os serviços essenciais. As enfermeiras também, funcionando apenas a emergência. Isto em todo o Estado. Os professores da rede oficial e particular pararam 90%. Previdenciários 50%, servidores municipais da capital 80%. Na Universidade Federal a greve atingiu 100%. (da sucursal)

Bom desempenho do movimento em Belém

Numa demonstração de unidade, a CUT e CGT - contando com apoio de 40 entidades e partidos políticos - dirigiram a greve e a manifestação que houve em Belém do Pará, dia 12. Apesar dos ônibus terem circulado normalmente, isso não impediu o bom desempenho do movimento grevista. Diversas categorias pararam. Professores, gráficos, orientadores educacionais paralisaram totalmente o trabalho. Mais da metade da construção civil parou e os bancários fizeram uma parada parcial. As 12 horas mais de duas mil pessoas saíram em passeata de protesto contra o Plano Cruzado II, percorrendo as principais avenidas de Belém. No final da passeata, na Praça da República, houve um ato público com a presença de inúmeras entidades e partidos políticos. (da sucursal)

Povo vai a pé no ato público no Acre

Cerca de 3 mil pessoas encheram a principal praça de Rio Branco, Acre, atendendo ao chamado da CGT e CUT no dia 12. A adesão à greve foi de 90% em média. Cruzaram os braços os professores, bancários, motoristas e cobradores, funcionários públicos estaduais e municipais. Mesmo sem transportes, a população compareceu ao ato público diante do palácio do governo, fazendo a pé o trajeto dos bairros distantes ao centro.

A CGT deu início à manifestação destacando a grande unidade formada contra o Cruzado II e reclamando contra os baixos salários e do recente decreto da governadora Iolanda Fleming que deu um aumento de 250% para os secretários de Estado. (da sucursal)

Ato reúne 2.500 em Florianópolis

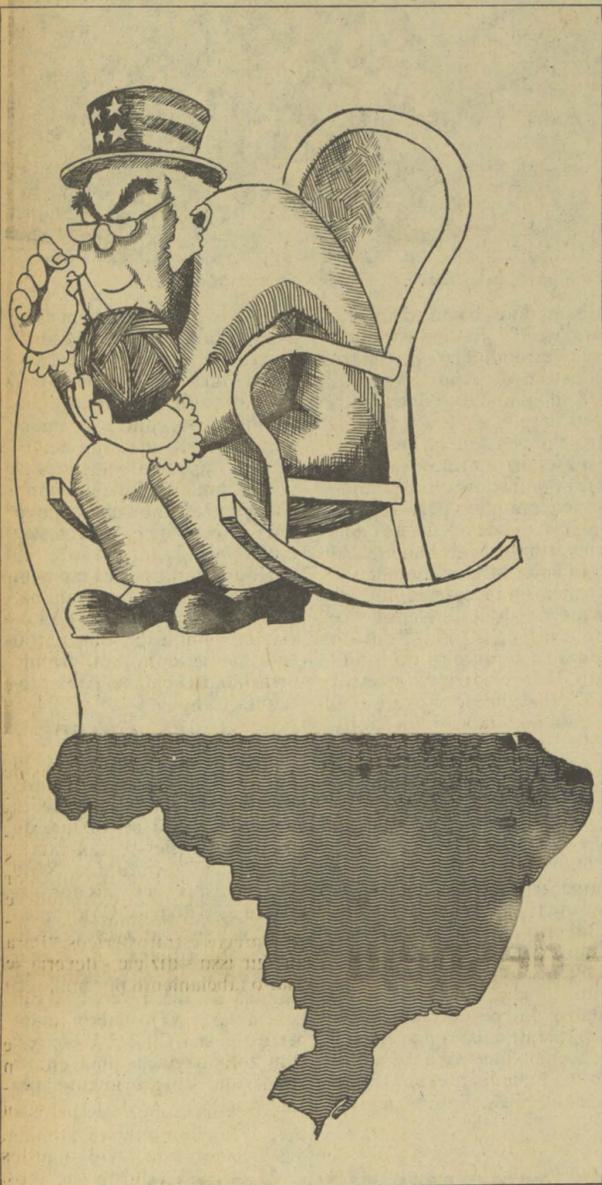
Em Florianópolis os ônibus não transitaram, retirados pelas empresas. Em consequência não funcionaram as casas de comércio, repartições públicas e bancos. À tarde houve concentração com cerca de 2.500 pessoas e a presença de sindicatos, entidades estudantis e partidos políticos (PC do B, PDT, PT e PCB). No fim da tarde houve manifestação de protesto, no entanto, não ocorreram paralisações. (da sucursal)



Lojas e farmácias fechadas em Fortaleza

O que é bom para o FMI... não presta!

O Fundo Monetário Internacional aprovou dia 10 um relatório sobre nossa economia em que elogia o Cruzado II e pede mais. Sem ousar uma guinada na questão da dívida externa, o governo Sarney acomoda-se com uma volta, não declarada, para os braços do FMI, mesmo às custas de fornecer mais combustível para o movimento pela suspensão dos pagamentos.



Desculpas que não colam

Os inimigos da suspensão da dívida andam muito loquazes ultimamente, mas mostram pouca imaginação. Seus argumentos, que se repetem em diversos tons, são escassos e frágeis. Vejamos os principais:

A tese do colapso comercial. Alegam que, sem os financiamentos dos banqueiros, teríamos que pagar à vista pelas importações e estas seriam paralisadas. Mas esquecem que o Brasil, historicamente, é um país que costuma exportar mais do que importa. Além do que a suspensão economizaria vários e preciosos bilhões de dólares de divisas, hoje jogados fora na hemorragia dos juros, podendo passar a dispor, pela primeira vez, de um confortável pé de meia de reservas monetárias para qualquer eventualidade.

A tese do bloqueio comercial. É prima da primeira. Acena com a possibilidade dos banqueiros, indignados, forçarem um boicote às exportações brasileiras. É possível que em algumas metrópoles credoras, como os EUA, haja uma reação desse tipo. Porém o Brasil teria como exportar para a grande maioria de países não credores, e poderia ainda jogar com as contradições entre os europeus, os japoneses e os norte-americanos, entre outras, para se manter presente no mercado mundial.

A tese do caos interno. Dizem que as dificuldades na importação e exportação, mais a má vontade das multinacionais aqui presentes, que são ligadas aos bancos, desestruturariam nossa economia. É outra

meia-verdade falaciosa, pois as áreas onde poderia haver problemas maiores - como combustíveis e transportes, medicamentos, química e petroquímica - são justamente aquelas onde o modelo econômico atual produziu deformações aberrantes. A alegada desestruturação seria, na verdade, uma chance para a economia brasileira se reestruturar em moldes mais saudáveis, mais independentes e mais sólidos.

A tese dos marines na praia. Agita o perigo de uma ação militar dos credores, no estilo política das canhoneiras, ou pelo menos uma intervenção maquiada como a que os nicaraguenses estão sofrendo. De fato, com gente do tipo Ronald Reagan é bom estar preparado para o pior. Porém como os escravos da dívida são hoje três quartos da população do planeta, tão ansiosos como os brasileiros por encontrar uma saída, as circunstâncias não favoreceriam uma "cobrança a mão armada" desse tipo.

São alegações que trazem à lembrança os defensores das monarquias absolutistas da Europa, 200 anos atrás. Também eles asseveravam que o fim da realeza seria o fim do mundo, e no entanto os povos não tardavam a constatar que vivem melhor sem reis. A questão da dívida não é fácil, pois implica em contrariar nossos maiores espoliadores, implica numa luta dura e em sacrifícios. Mas são sacrifícios mil vezes menos insuportáveis que aqueles exigidos hoje para engordar nossos credores.

De fato, a promessa da Nova República de "não pagar a dívida externa com a fome e a miséria do povo" mostrou-se mais uma frase de efeito que uma disposição real. A dívida continua a ser paga religiosamente a despeito dos 77 milhões de brasileiros miseráveis e famintos - conforme o estudo do professor Hélio Jaguaribe entregue ao presidente Sarney. As mudanças econômicas introduzidas pelo Plano Cruzado em fevereiro nem arranharam esse assunto-tabu. E o Cruzado II recebe aplausos do FMI precisamente porque objetiva, no fundo, continuar pagando a dívida. Em sua reunião do dia 10 o Fundo não fez segredo disso.

O XABU DO PMDB

A manifesta impopularidade do Cruzado de novembro, todavia, teve ao menos o mérito de recolocar com ênfase o debate sobre como sair das garras dos credores estrangeiros. A greve geral colocou o "fim da sangria provocada pela dívida" como uma de suas metas. Dentro do próprio PMDB a ala dos defensores da suspensão ou limitação drástica dos pagamentos da dívida começou a movimentar-se (ver TO nº 294).

O debate entre os peemedebistas, torpedeado a partir da cúpula do partido, produziu magros resultados. O documento que resultou da discussão, e estava programado inicialmente para representar um passo adiante no posicionamento sobre o assunto, saiu totalmente aguado no seu conteúdo, apesar das generalidades enfáticas para enganar os menos avisados.

"O povo brasileiro tem de estar preparado para enfrentar uma situação difícil e um período prolongado de dura confrontação de interesses", afirma o texto, asseverando que "o PMDB reafirma o seu compromisso histórico de lutar até as últimas consequências para preservar os interesses nacionais". Porém ao chegar no dilema crucial - pagar ou não pagar - o documento sai pela tangente. Limita-se a pedir um "tratamento soberano da dívida externa", sem dizer qual seja. Mantém portando a ambigüidade que o vocabulário político costuma chamar de oportunismo.

ULYSSES EM 84 E HOJE

Vale dizer que ainda num passado recentíssimo a postura peemedebista era mais ousada. Na véspera mesmo do dia 25 de abril de 1984, data da votação das diretas-já, o próprio deputado Ulysses Guimarães, presidente do partido, apontava entre os "compromissos básicos" do PMDB a "moratória da dívida externa, por um período não inferior a cinco anos e o estabelecimento de taxas de juros e prazos compatíveis com nossa capacidade de pagamento".

A moratória é uma alternativa mais conservadora que a suspensão da dívida, já que implica em reconhecer como legítimo um débito de natureza no mínimo duvidosa. Por isso os setores patrióticos dentro e fora do PMDB têm insistido na tese da suspensão, acompanhada de uma auditoria para investigar como foi mesmo que se formou essa dívida.

De qualquer forma, entre as palavras de Ulysses em 84 e as do documento deste mês existe uma diferença do vinho para a água.

COM O VENTO A FAVOR

A nota chocha, porém, não tem poderes para esfriar um debate que se espalha por toda a sociedade por força da própria, dura e premente realidade econômica presente. Para pagar a dívida, o Brasil nos últimos três anos vinha exportando praticamente o dobro do que importa. Imagine-se uma casa de comércio ou indústria que vende o dobro do que compra, apenas para pagar juros aos credores, e ter-se-á uma idéia do que isto significa em sacrifícios. É uma política de terra arrasada. E está em fase de esgotamento como atesta a brusca queda nos superávites comerciais brasileiros em outubro e novembro. Sem superávit-monstro, não há dólares para os credores que batem à porta. O país necessita desembolsar suas preciosas reservas de divisas, que já hoje mal bastam para três meses de importações.

A despeito das demonstrações de apreço dos credores para com o governo Sarney, eles nunca desistiram, em toda a história das finanças, de esfolar até o fim seus clientes. A tese da suspensão, como as da anistia, ou das diretas, ou da Constituinte, no passado, caminha com o vento à favor, a direção do PMDB é livre para esposá-la ou voltar-lhe as costas. Mas de uma maneira ou de outra ela terminará se impondo como única condição para o Brasil algum dia deixar de ser um país endividado.

Leia e assinie
Tribuna Operária

Tribuna programa nova fase em 87

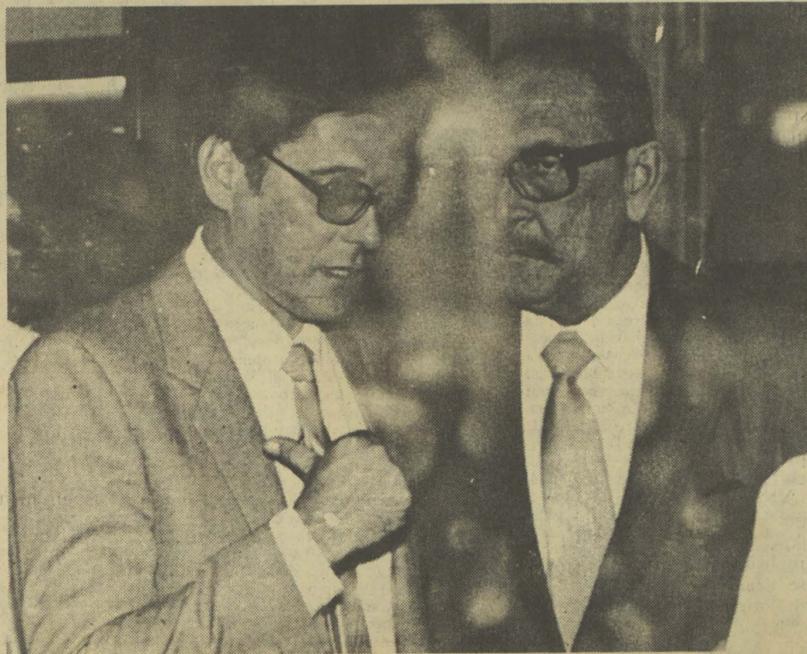
A *Tribuna Operária* volta a circular dia 9 de janeiro. A partir de agora iniciamos um debate sobre uma reformulação de conjunto na vida do jornal - desde sua elaboração até o sistema de distribuição e vendas. Esta proposta parte da constatação de que é preciso um jornal novo, em numerosos aspectos, para fazer frente aos desafios que a luta dos trabalhadores brasileiros tem pela frente, com destaque para a influência ativa nos debates da Assembléia Constituinte e a defesa das soluções populares para problemas que se aguçam, como o da dívida externa e o da reforma agrária.

O que não muda nem mudará é nosso compromisso de fazer um jornalismo sempre fiel à luta pelos direitos dos trabalhadores da cidade e do campo, pela liber-

dade, pela democracia popular e a independência nacional, pelo socialismo. Assim como não se modifica nosso empenho em produzir um tipo de jornal acessível, compreensível, franco e honesto, voltado para a gente simples do povo, aberto para o trabalhador comum e sustentado por ele.

Também para esta fase de renovação e relançamento vamos precisar da ajuda de cada leitor. Será um período em que caberá ao leitor escrever, informar e opinar. Dirija sua carta para a *Tribuna Operária*, rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, capital, CEP 01318. Diga através dela o que pensa do jornal, faça suas críticas e propostas. Pode estar certo de que estaremos atentos à opinião de cada leitor.

(Conselho de Direção)



Eduardo Bomfim (foto de arquivo) elogia o resgate das posições de Teotônio Vilela

Bomfim quer que o povo influa na Constituinte

Eleito deputado constituinte com votação quase duas vezes maior que a que o levou à Assembléia Legislativa de Alagoas, em 1982, Eduardo Bomfim acha que o povo poderá viver este ano, nos debates da Constituinte, "momentos parecidos com os das campanhas das diretas-já e de Tancredo".

TO. O que muda para o Nordeste com a eleição dos novos governadores?

Bomfim. As oligarquias nordestinas que mantinham o poder desde 1964 foram todas derrotadas. Pode-se citar os casos de Pernambuco, Bahia, Ceará... e daí por diante. Está aí um fato que deve ser considerado. É bem verdade que nem sempre essa vitória significou a ascensão de forças progressistas aos governos estaduais...

TO. Como você classificaria o caso de seu Estado?

Bomfim. Em Alagoas Fernando Collor (o governador eleito) assumiu na campanha posições democráticas e por mudanças. Ele defendeu por exemplo a reforma agrária, manteve uma postura democrática em relação aos comunistas, deu combate aos "marajás" (funcionários públicos com altíssimos salários). Ou seja, combateu a prática política das oligarquias alagoanas comandadas por Divaldo Suruagy. Sua vitória significou um avanço, mas que deve agora se concretizar no cumprimento das promessas. Outro avanço marcante foi a eleição de um senador como Teotônio Vilela, o grande filho do povo, que trouxe um programa claro e resgate das posições de seu pai, o grande Teotônio Vilela.

TO. Qual sua proposta para a Constituinte?

Bomfim. A primeira é a

de massas possa desestabilizar a composição do centro e do centro-direita, que predominaram. Na votação, por exemplo, da questão da reforma agrária, dos direitos das mulheres, da liberdade e autonomia sindical... Tenho certeza de que para Brasília convergirão caravanas de todo o Brasil. Dependendo disso, poderemos viver na Constituinte momentos parecidos com os das campanhas das diretas-já e da eleição de Tancredo Neves.

TO. A greve geral já seria parte disso?

Bomfim. O governo Sarney golpeou o povo brasileiro com esse pacote tanto pela forma como pelo conteúdo. Ao invés de capitalizar o respaldo obtido nas urnas e enfrentar corajosamente os banqueiros internacionais, suspendendo o pagamento da dívida externa, o governo se voltou contra os trabalhadores. A greve geral significou também um protesto contra isso, além da defesa dos salários dos trabalhadores.

TO. Então você acha que o povo tem meios de influir pela pressão?

Bomfim. Em quatro anos como deputado estadual eu presenciei algumas vitórias importantes de trabalhadores alagoanos: funcionários, médicos, professores -, na medida em que havia um sindicato unido, combativo, mobilização da base e tam-

das diretas, também não mostrou isso? O povo poderá obter conquistas importantes se nós construirmos um grande movimento de massas.

Vejamos o problema da dívida externa. Há uma convicção disseminada de que se nós não enfrentarmos este problema a nação rolará para o abismo. Será possível formar uma grande, ampla frente patriótica pela suspensão da dívida externa, e isto está ligado à questão da liberdade e democracia, pois soberania nacional e democracia são coisas visceralmente unidas.

TO. Mas o PMDB reluta em entrar num movimento desses...

Bomfim. A posição pela suspensão vem sendo questionada e até boicotada pela alta cúpula do PMDB. Mas a persistir nessas posições o PMDB corre o risco de virar um partido que vive à sombra do poder, como era a Arena, mas sem respaldo popular.

TO. Mesmo eleito pelo PMDB, você teve um apoio decisivo do PC do B não é?

Bomfim. O PC do B sempre esteve presente na luta pelas mudanças em Alagoas. Assim foi na campanha das diretas, na eleição de Tancredo, nas eleições para prefeito da capital e agora também. Com relação ao futuro governo Collor, ele mantém uma postura de apoio às mudanças, mas ao mesmo tempo uma postura crítica e independente. É um partido sintonizado com a ótica dos operários, dos camponeses, dos trabalhadores alagoanos. Quanto ao meu mandato, na Constituinte e no Congresso, combato antes na Assembléia Legislativa, também vai sintonizado com a luta e a organização dos trabalhadores. Em última instância, sempre estarei presente.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Aluguéis dispararam e jogam famílias para as favelas

O crônico problema da falta de moradias nas grandes cidades se agravou ainda mais nos últimos meses com o estouro dos aluguéis. Em um ano, o valor de um apartamento em São Paulo chegou a subir até mil por cento. O anúncio de uma provável liberação do preço dos aluguéis a partir de março gerou um pânico entre os inquilinos, que já estão se organizando para enfrentar os abusos dos proprietários.

Existe hoje um terror latente entre as famílias que não têm casa própria, temendo ser despejadas do imóvel. Além da dificuldade de se encontrar residência para alugar, os preços estão altíssimos. A oferta diminuiu e a procura aumentou. Em Porto Alegre, por exemplo, para cada imóvel posto para alugar, existem três interessados. O congelamento do preço dos aluguéis, ocorrido junto com o Plano Cruzado, em março, e a lei de setembro que suspendeu as ações de despejo até março de 1987, não resolveram este crucial problema.

Nesta ciranda louca de preços, os imóveis menores, de interesse mais das famílias de renda baixa, são os que mais subiram de valor. No Rio, um apartamento de um quarto já está valendo mais de seis mil cruzados. No mês de outubro - apesar do congelamento - calcula-se que os aluguéis subiram aproximadamente 20% no Rio de Janeiro, 17% em São Paulo e cerca de 15% em Belo Horizonte, Vitória e Curitiba.

AUMENTAM OS DESPEJOS

Os locatários burlam o congelamento, pedindo a desocupação do imóvel usando o surrado argumento de que um membro da família irá ocupá-lo. Depois ele volta a alugá-lo com o preço multiplicado várias vezes. Isto fica evidente ao ver que as ações de despejo em São Paulo cresceram



Para livrar-se dos alugueis caros as famílias de renda mais baixa estão se mudando para as favelas

378,6% entre março e junho deste ano. Na região do ABC paulista, de larga concentração operária, no mesmo período as ações de despejo cresceram 525%.

40% PAGA ALUGUEL

Dentro de uma economia de livre mercado, apenas o congelamento não resolve o problema. O governo teria que regularizar em parte o desnível entre oferta e procura, oferecendo em grande quantidade habitações populares. Mas o que aconteceu este ano foi o contrário. O BNH implodiu e o financiamento de moradias populares caiu a níveis insignificantes.

Segundo Nabil Bonduki, professor da USP e presidente do



Sindicato dos Arquitetos de São Paulo, na capital paulista, cerca de 40% da população (1 milhão de famílias) moram em residências alugadas. O quadro se torna mais dramático ao se ver que em 1984,

cerca de 4 milhões de pessoas de São Paulo habitavam em favelas e cortiços. Para Bonduki, o que existe hoje é uma situação anômala, onde alguns pagam preços de aluguel muito abaixo do valor do mercado (contratos antigos) e os que procuram imóveis encontram preços estratosféricos. "Para corrigir isso - diz ele - deveria se criar o tabelamento por um preço razoável".

Não é a primeira vez que se tenta congelar os aluguéis em nosso país. O primeiro congelamento e suspensão de despejos foi em 1921, mas era uma lei tímida, beneficiando somente os acordos verbais. Esta lei durou sete anos. Entre 1942 e 1964 os aluguéis ficaram novamente congelados. Na Constituinte de 1946 abriu-se uma brecha para os proprietários despejarem seus inquilinos. De acordo com Nabil Bonduki, entre 1946 e 1948, cerca de 10% da população foi despejada. Após o golpe de 64, os generais liberaram os preços dos aluguéis e instituíram a temida "denúncia vazia", que vigorou até 1979.

Inquilinos sob ameaça de despejo

Os moradores de baixa renda são os que mais padecem numa situação de falta de moradias para alugar e com preços exorbitantes. Os mais explorados são os que vivem em cortiços - sem as mínimas condições de higiene e segurança. Existe uma verdadeira máfia de sub-locadores gananciosos que armam uma verdadeira arapuca para os moradores: recebem dos inquilinos, mas não pagam as imobiliárias. Ai vem a ação de despejo, o sub-locador desaparece e as famílias são jogadas na rua.

As 23 famílias que moram no cortiço da rua Conselheiro Ramalho, 810, na Zona Central de São Paulo, estão prestes a serem despejadas. Joaquim Leal é um conhecido trambiqueiro que subloca dezenas de cortiços na cidade. Ele recebia religiosamente o pagamento de seus inquilinos, mas há seis meses não depositava nenhum tostão na imobiliária.

"POR ESTE PREÇO NÃO DÁ"

Maria de Fátima Ribeiro mora com seu filho num quarto junto com Maria Alice Monteiro, que também tem uma criança. Elas dividem o aluguel de Cr\$ 500. Seus poucos móveis já estão empacotados, prontos para a mudança, mas elas não encontram nenhum cômodo por preço acessível. "Já procuramos muitos quartos, mas estão cobrando entre 1,5 a 2 mil cruzados, mas nesse preço não dá pra nós", conta Maria de Fátima, faxineira, com um salário de Cr\$ 1.600. Sua amiga é atendente de enfermagem e ganha Cr\$ 811.

Neste casarão até os banheiros estão alugados para uma família. O sub-locador não respeita o congelamento. Maria de Fátima diz que pagava Cr\$ 400 de aluguel em fevereiro, depois subiu para Cr\$ 440 e atualmente paga Cr\$ 500. "Agora ele quer que a gente pague Cr\$ 700", reclama ela.

José Ivan dos Santos mora há seis anos no cortiço e agora anda desesperado atrás de um quarto. "Eu já procurei mais do que todo mundo aqui" - diz ele. "Achei uma casa na Penha que cobra Cr\$ 2 mil de aluguel por dois cômodos e exigia dois meses adiantados. Ganho Cr\$ 1.400 trabalhando como zelador e não tenho condi-



Nos cortiços os moradores são vítimas fáceis dos sub-locadores

ções de pagar isso". Ivan não sabe para onde irá com sua mulher e a filha de seis meses.

Os locadores usam de diversas artimanhas e pressões para expulsar os inquilinos antigos e em seguida colocar em seu lugar outros, cobrando preços muito superiores. Há casos de moradores de edifícios ficarem sem água e luz por se recusarem a mudar. Nereida de Moraes Weinert mora numa casinha de dois cômodos na Vila Carrão e já está com a ordem de despejo nas mãos. "Pago Cr\$ 350 e o proprietário quer alugar por Cr\$ 2.500", diz ela. Para obrigá-la a sair o locador arrancou os portões, deixando-a sem segurança e, à noite, tentam quebrar a porta.

PRESSÕES E AMEAÇAS

"Estou procurando casa e não acho. Ganho Cr\$ 2.300 como digitadora e um quarto e cozinha está custando de Cr\$ 1.800 a Cr\$ 2 mil e pra mim não dá", desabafa Nereida, que mora só com sua filha de seis anos.

Para enfrentar estes abusos dos proprietários e das imobiliárias, os inquilinos estão começando a se organizar. Em São Paulo foi criado o Movimento dos Sem Casa. Beth Caló, uma de suas idealizadoras, diz que o movimento "surgiu do desespero das pessoas que não encontram saída para morar. Os proprietários estão querendo varrer seus inquilinos das casas e o preço do mercado está incompatível com a realidade salarial do trabalhador". (Domingos Abreu)

Hospital ganha vida

Muitas famílias que não têm condições de pagar os altos preços dos aluguéis estão ocupando construções abandonadas. Uma onda deste tipo ocorreu entre 1982 e 1983, no auge da crise econômica e do desemprego. Naquela época, em menos de um ano, mais de 5 mil residências vazias foram ocupadas. A maior delas foi no Conjunto Habitacional Centreville, em Santo André, na grande São Paulo. Depois de quatro anos de luta as mais de 500 famílias do Centreville saíram vitoriosas quando o governador Franco Montoro desapropriou as residências para repassá-las aos moradores.

No dia 5 de dezembro, 54 famílias ocuparam o Hospital e Maternidade Nossa Senhora do Bom Parto, no bairro do Tatubapé, Zona Leste de São Paulo. O hospital estava abandonado há 14 anos, servindo como reduto de marginais. Quando os novos moradores chegaram (todos funcionários da Previdência Social, com salário em torno de Cr\$ 1.500 mensais) a sua primeira preocupação foi limpar o prédio e cada um marcou com suas iniciais as portas onde não morar. Outros dois prédios da Previdência Social foram ocupados recentemente, um na rua Japurá, onde estão alojadas 11 famílias e outro, na rua...

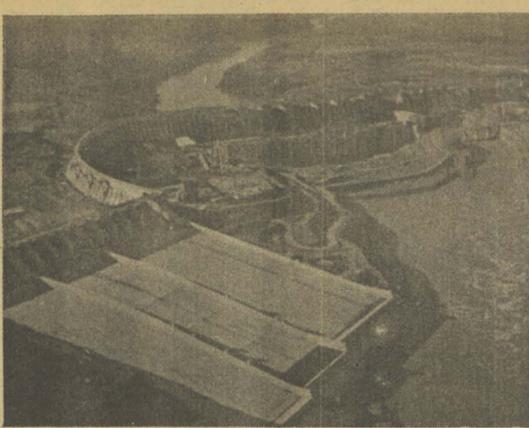
com 64 apartamentos, no Cambuci.

"Todo o pessoal que está aqui no prédio do hospital não tem condições de pagar aluguel", explica Wilson Roberto Roque, pedreiro, e que há três meses foi despejado de onde morava. Wilson trabalha para o INPS, ganha 2.100 cruzados por mês e tem mulher e uma filhinha para sustentar. Diz que não tem condições de pagar os 5 ou 6 mil cruzados de aluguel por uma casinha de um cômodo.

UMA GRANDE FAMÍLIA

Geni Caldas trabalhou 30 anos para a Previdência Social e hoje recebe de pensão como aposentada 2.111 cruzados. Ela escolheu uma sala do 4º andar para morar, onde está dormindo no chão junto com sua filha pequena. Pagava Cr\$ 580 de aluguel, mas confessa que não sabia para quanto ia subir. Bastante revoltada com este salário, afirmava: "Queremos que o governo nos dê isto aqui ou nos venda por um preço equivalente ao salário que ele nos paga".

Os que permanecem no prédio durante o dia - o restante trabalha - ficam fazendo a limpeza. Wilson comenta que ali é como se todos fossem uma grande família, cada um ajudando o outro a sobreviver e que pode...



Hidrelétrica de Itaipu: obra suntuosa e fora da realidade

Crise de energia é fruto das negociatas

Mesmo com a propalada "inflação zero", a tarifa de energia elétrica foi majorada, no Cruzado II, em até 80%. Ao mesmo tempo, o governo aventa a possibilidade de haver racionamento de energia. A Tribuna Operária conversou com o engenheiro Catullo Branco, antigo estudioso dos assuntos energéticos, sobre essa situação.

T.O.: Existe uma crise energética no Brasil?

Catullo: Para falar da situação atual, teríamos que nos remeter à metade do século, quando a Ligth entrou em profunda crise e teve que ser racionada a energia elétrica em São Paulo, isso em 1954. Graças a essa crise, foi possível realizar as obras visando o aproveitamento do rio Tietê - antes da crise, da Ligth se opunha a essas obras. Foi realizado um trabalho de aproveitamento múltiplo do rio, envolvendo navegação, piscicultura, saneamento e geração de energia. Acontece que investimentos desse tipo são muito vultosos, e só o Estado pode realizá-los. O imperialismo se opõe, pois muda para melhor a economia do país, diminuindo sua dependência externa.

Pois bem, essa obra no Tietê só foi possível devido à crise da Ligth, que ficou sem condições de se opor. Logo foi projetado também o aproveitamento múltiplo do rio Paraná, mas daí os monopólios imperialistas não permitiram a realização do projeto. No período da ditadura militar, o projeto de aproveitamento do rio Paraná foi substituído pelo projeto suntuoso e sem base na realidade de construir Itaipu. Essa hidrelétrica tem três erros básicos:

1) está muito longe do principal centro consumidor - a 1 mil km de São Paulo, e até hoje não foi resolvido o problema do envio da energia de Itaipu para cá; 2) na época em que ela foi idealizada, havia sobra, e não falta, de energia; 3) arquitetura hidráulica errada - deveriam ser construídas três barragens sucessivas, permitindo o múltiplo aproveitamento do rio, mas o imperialismo opôs-se a isso. Há ainda o fato de que Itaipu gera 14 milhões de kilowatts, mas 50% ficam com o Paraguai, que não consome sequer 700 mil kw! Uma coisa idiota, errada. O Brasil ainda se comprometeu a comprar a sobra de energia do Paraguai, só que lá o consumo é de 50 ciclos, e no Brasil é de 60 ciclos, então ainda tem que haver a conversão da energia produzida, de 50 para 60 ciclos. Um verdadeiro escândalo.

T.O.: Então o Brasil tem energia elétrica, mas não tem como aproveitá-la?

Catullo: Veja bem, a produção de Itaipu até hoje não é

Subsídio às multas

Itaipu não é o único escândalo faraônico em matéria de produção de energia elétrica. Encravada no Norte do país está a hidrelétrica de Tucuruí, a maior inteiramente nacional e a quarta do mundo, bem ao gosto das fantasias megalômanas dos generais. Sua produção está a serviço, principalmente, das empresas Albrás, fábrica de alumínio de um consórcio japonês em sociedade com a Cia. Vale do Rio Doce; e Alumar, do consórcio Shell, Alcoa e Construtora Camargo Correa. Acontece que a Albrás paga à Tucuruí, por kw/hora, 10,5 milésimos de dólar; e a Alimar paga 15 milésimos de dólar. E aí está um caso escabroso: cada kw hora custa 56 milésimos de dólar para ser produzido. Na verdade, as empresas, ligadas ao capital estrangeiro, recebem energia elétrica abaixo do custo, enquanto a população de todo o Brasil tem que pagar, na tarifa da energia, não só a eletricidade que cosome, mas também uma parte da dívida externa. Dívida contraída, entre outras coisas, para produzir a energia consumida pelas multinacionais, vendida abaixo do custo.



Catullo aponta o culpado



Filas em Moscou: ineficiência que os dirigentes revisionistas atribuem ao Estado e querem solucionar incentivando a iniciativa privada

URSS: novo avanço do capitalismo

O governo de Mikhail Gorbachov acaba de promover novas mudanças na economia soviética. Entre elas, inclui-se o reconhecimento oficial, e a legalização, da propriedade privada sobre os meios de produção, ainda que pretensamente em escala reduzida e circunscrita a alguns setores de pouco peso.

No dia 19 de novembro, o Soviet Supremo (o parlamento da URSS) aprovou, por unanimidade, uma lei que permite a existência de microempresas individuais ou familiares no país a partir de maio do próximo ano. A iniciativa não chegou a causar surpresas, pois, antes de tudo, constituiu a legalização de uma prática amplamente difundida e tolerada, embora até o momento seja considerada clandestina.

Conforme um estudo publicado pelo jornal "Izvestia", oficial, nada menos do que 20 milhões de pessoas, numa população economicamente ativa de 116 milhões, estão envolvidos com empreendimentos do tipo previsto pela nova lei, ou seja, trabalham no chamado setor informal, economia paralela ou mercado negro.

De acordo com explicações do presidente do Comitê para Questões Sociais e do Trabalho, ministro Ivan Glacky, 29 atividades produtivas poderão ser exploradas por indivíduos ou famílias. A lista compreende restaurantes, cafés, fábricas de móveis, oficinas para consertos diversos, prestação de serviços turísticos, reforma e conservação de imóveis etc. Ele prevê que até o final de 1987 pelo menos 2 milhões de pessoas serão "beneficiadas".

Privilégios para os novos empresários

Desde que sejam licenciados pelas autoridades locais, os empresários obterão crédito, assinarão contratos com empresas estatais para obtenção de matéria-prima e terão acesso a outros privilégios. Estima-se que atualmente, ao lado das empresas dirigidas pelo Estado, existem cerca de 82 mil empreendimentos privados, além de 3 mil cooperativas com este mesmo caráter.

Os economistas soviéticos calculam ainda que, nas cidades, 50% de todos os sapatos são consertados por empresas particulares; 45% dos apartamentos; 40% dos carros; 30% dos principais aparelhos de uso doméstico. No campo, o percentual eleva-se para 90%. "Esse trabalho paralelo é um grande negócio", comenta o articulista da revista "Financial Times", Patrick Cockburn.

A acumulação de recursos entre os que se dedicam a tais tarefas é uma consequência inevitável. Na República da Letônia, no Báltico, onde o mercado negro anda a todo vapor, metade do dinheiro depositado nos bancos é possuído por apenas 3% dos depositantes.

Mas as novidades do regime soviético não se limitam à legalização dessas atividades. O país se prepara para dar "um novo passo para estimular a livre iniciativa", conforme noticiou a revista TASS, outro órgão oficial do governo, ao anunciar a criação de cooperativas privadas. Tais cooperativas teriam caráter

experimental, seus lucros seriam ilimitados e seus proprietários serão responsáveis pela despesa com o estabelecimento e construção de instalações, podendo funcionar, entre outras coisas, "para o aproveitamento de matérias-primas não absorvidas pelas indústrias estatais", segundo o despacho da TASS, que considera ainda: "É outro passo para uma série de medidas adotadas na União Soviética para estimular a iniciativa saudável".

Leonid Abalkin, diretor do Instituto de Economia de Moscou, disse que a medida é mais importante que a liberalização do trabalho individual ou familiar. Ele assegura que as cooperativas privadas deverão responder, junto com as fazendas coletivas, por 20% a 25% da receita nacional dentro de dez anos.

Ao lado disto, a equipe de Gorbachov deu novos estímulos à denominada "descentralização econômica", ampliando os poderes (já vastos) das empresas decidirem individualmente sobre níveis e tipos de produção, investimentos, normas de trabalho, lucros e salários; e concedendo maior liberdade aos administradores.

No âmbito de seus parceiros reunidos no Comecon, propôs novas "empresas conjuntas", com ênfase no reconhecimento da necessidade dar maior estímulo às leis de mercado. A partir de 1º de janeiro, pretende dar permissão para que as empresas possam comprar e vender mercadorias no mercado internacional, sem a necessidade de autorização superior, bem como liberdade de decisão sobre que tipo de tecnologia estrangeira importar.

É igualmente recente o convite aos conglomerados ocidentais para que estabeleçam novos consórcios (*joint-ventures*) na União Soviética. As multinacionais, o governo de Gorbachov acena inclusive com a possibilidade de alterar a legislação trabalhista para melhor adequá-la aos métodos e costumes dessas empresas, implicando evidentemente na restrição dos direitos dos trabalhadores. A promessa ocorreu durante um seminário de dois dias realizado em Moscou, com a presença de 130 empresários dos EUA, Japão, Alemanha Ocidental, França e outros países.

Com esse conjunto de iniciativas no campo econômico, Gorbachov dá continuidade aos seus propósitos modernizantes, sob o pretexto de que é preciso combater a estagnação econômica do país. As estatísticas, com efeito, não são nada animadoras, especialmente na agricultura, onde se assistiu a uma sucessão de más colheitas no quinquênio compreendido entre 1981 a 1985.

Segundo informações do Conselho Central de Estatísticas, a produção média anual de grãos situou-se naquele período em torno de 180,3 milhões de toneladas, nada menos que 25% abaixo dos 239 milhões de toneladas planejadas, sendo o pior desempenho desde o quinquênio 1966-70. A taxa de crescimento econômico nos cinco anos referidos situou-se em magros 2,4% anuais. Não há sombra de dúvida de que o

caminho escolhido pelo governo soviético vai no sentido do aprofundamento da restauração capitalista iniciada por Kruschov após a morte de Stálin e prosseguida pelas lideranças revisionistas que lhe sucederam. Retoma-se, em especial, e agora em novas condições e com mais força, as famosas "reformas de Kossiguin", que reintroduziram o lucro como objetivo principal das empresas, o princípio da autogestão financeira dos recursos produzidos e acumulados nas fábricas e outras do gênero.

As medidas que estão sendo implementadas não deixam de indicar, contudo, que o regime revisionista começa a entrar numa nova fase. Aliás, como havia sido prometido pelo seu novo líder, Mikhail Gorbachov. Já é menor o disfarce sobre a natureza do sistema. O verdadeiro caráter das formas e relações de produção predominantes no país começa a ganhar maior nitidez. As leis, e as chagas, próprias do capitalismo ganharam novo impulso.

Será uma nova era do regime revisionista?

Mesmo a existência do desemprego já começa a ser admitida, embora timidamente. Economistas do governo afirmam que as novas medidas econômicas implicarão na dispensa de 19 milhões de trabalhadores, ressaltando que "a produção não mais ficará à procura de empregados, mas a mão-de-obra é que vai sair em busca de emprego". Em alguns órgãos estatais, onde de imediato deverão ser colocados no olho da rua 22 mil funcionários, estuda-se inclusive a instituição de um salário-desemprego válido por três meses.

Nos meios oficiais, os economistas discutem a necessidade de aprofundar ainda mais as iniciativas de liberalização da economia de mercado e muitos, como o diretor do Instituto de Economia de Moscou, Leonid Abalkin, bradam abertamente por soluções mais drásticas neste sentido.

É certo que alguns tecnocratas buscam encobrir os fatos, minimizando o alcance das reformas. A legalização de microempresas, por exemplo, está de acordo com os princípios socialistas, segundo o presidente da Comissão Estatal para Questões Trabalhistas e Sociais. Ele argumenta que a contratação de trabalho assalariado continua proibida e ainda confessa que não restava alternativa ao governo, já que "o Estado não estava satisfazendo plenamente a demanda de bens e serviços dos consumidores".

Porém, essas alegações não convencem. A exploração do trabalho assalariado na União Soviética atual é uma realidade incontestável, mesmo que não seja admitida pelos revisionistas. Basta atentar para o fato de que existem centenas de empresas multinacionais atuando no país. Conglomerados financeiros como o Citybank, Chase Manhattan, Bank of America, Deutsch Bank e muitos outros estão estabelecidos em Moscou.

A dívida externa da URSS supera, hoje, a marca dos 30 bilhões

de dólares, rendendo uma boa massa de juros à banca internacional. Evidentemente, o lucro dos grandes monopólios capitalistas só é possível aí por meio da extração de mais valia dos operários soviéticos.

Também as empresas estatais, como consequência das reformas adotadas desde Kruschov, funcionam movidas pela lógica do lucro. E integradas ao sistema internacional, exportando capitais, endividando-se no exterior etc.

Os revisionistas alegam que as mudanças em andamento visam precisamente erradicar os problemas mais flagrantes da economia e aumentar a eficiência. Porém, é de se prever, ao contrário, o agravamento da crise em que o país está metido. As alterações promovidas até hoje não propiciaram "nenhum salto na produtividade", conforme admitiu o economista soviético Abel Agenbernyar e, de resto, atestam também as estatísticas econômicas.

Na verdade, o discurso busca esconder o movimento real das forças econômicas que empurram o Estado soviético na direção dessas medidas, que constituem sobretudo o atendimento aos interesses e às pressões exercidas pela burguesia, classe que se recompôs e acabou apossando-se do poder com o surto revisionista ocorrido na década de 50.

Ensina o ditado popular que há males que vêm para bem. As novas orientações da burocracia soviética não deixam de ter um sentido positivo ao evidenciar o caráter capitalista do modo de produção vigente atualmente. A isto corresponde, no plano das idéias, tergiversações revisionistas e o abandono a cada dia mais descarado das concepções marxistas-leninistas.

O capitalismo aparece com maior nitidez

É uma situação que exige a medição e uma análise minuciosa por parte dos operários conscientes. Mesmo porque tanto os críticos da burguesia ocidental quanto os revisionistas de todos os matizes buscam apresentar esses fatos como próprios do desenvolvimento do "socialismo real". No fundo, eles querem fazer crer que as leis do capitalismo são perenes, não podem ser superadas e terminarão por ressurgir com força. A conclusão, neste caso óbvia, indica a inutilidade da revolução proletária, da luta pelo derrubamento da burguesia etc.

A realidade, porém, é outra. Os fracassos econômicos da União Soviética, o reaparecimento da propriedade privada dos meios de produção, a anarquia na produção, derivam justamente do abandono da perspectiva revolucionária, da capitulação perante o imperialismo, da restauração capitalista. Mostra, ao mesmo tempo, que a conquista de um regime verdadeiramente socialista, o poder da classe operária, requer também a liquidação das idéias revisionistas contemporâneas.

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Gato escondido com rabo de fora

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, apareceu em cadeia nacional de TV logo após a manifestação de Brasília contra o Plano Cruzado II. Ele não disse uma palavra sobre o conteúdo do protesto e tratou de identificar o ato unicamente com o quebra-quebra, qualificando-o de "badernaço".

A QUEM INTERESSA?

Mas o ministro, querendo condenar as organizações políticas e sindicais que promoveram a manifestação, fez uma pergunta que ajuda a indenficar quem incentivou os saques e incêndios. Ele perguntou a quem interessam os atos de vandalismo praticados.

Aos trabalhadores não interessam as atitudes irresponsáveis que colocam a opinião pública contra as manifestações. Mas um dos ministros militares deu uma pista muito significativa numa declaração ao jornal "O Estado de S. Paulo" de terça-feira, dia 9. Ele declarou: "Se o Exército não estivesse presente, garantindo a segurança do presidente da República, sabe-se lá o que poderia ter acontecido na Esplanada dos Ministérios? ...Este é mais um exemplo que justifica a manutenção do papel constitucional das Forças Armadas no que diz respeito à garantia da lei e da ordem interna".

Em outras palavras, o quebra-quebra serviu de argumento aos militares para defender a interferência das Forças Armadas na ordem interna. E, curiosamente, a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal referiu-se a um grupo de umas cem pessoas, com capuz cobrindo a cabeça, que parecia muito bem treinado, com sacolas contendo molotovs e pedras, que incitavam as depredações - mas nenhuma destas pessoas foi presa. Ou por muita incompetência ou por conviência da polícia.

Houve uma ação conjunta. De um lado uma repressão desproporcionada, que ao invés de tentar deter a massa, procurava provocar e forçar o confronto. De outro grupos infiltrados que, à margem do protesto de massas, cuidavam de degenerar a manifestação em conflito violento com as forças repressivas. E a declaração do ministro militar sobre o papel constitucional das Forças Armadas dá um fecho de ouro à manobra.

NÃO À AVENTURA

Como complemento, deve-se ressaltar que grupos esquerdistas irresponsáveis podem contribuir para este tipo de coisas. Em seu aventureirismo, consideram que é a hora fatal para promover um levante geral que ponha fim ao governo e à Nova República - para instaurar não se sabe o quê. Nesse desvario, podem perfeitamente servir de massa de manobra da direita.

A experiência da Bolívia há tempos atrás foi muito clara. Por radicalismo estéril se pôs abaixo um governo democrático vacilante e se permitiu a subida de um governo de direita, que passou a reprimir abertamente o movimento de massas e a cumprir com boa vontade os ditames do FMI e do capital estrangeiro.

ORGANIZAR O POVO

A experiência mostra que é preciso mobilizar as massas para pressionar o governo a ouvir os reclames populares e a atender às exigências da nação. Mas por outro lado é preciso assegurar as conquistas democráticas alcançadas com a luta contra a ditadura e ampliá-las.

Para traçar uma tática acertada deve-se levar em conta a correlação de forças existentes e não marchar cegamente. O Brasil precisa de soluções em profundidade que, para serem concretizadas, exigem um grau de organização superior do povo. Urge preparar estas condições. (Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Chega de engodo

O governo federal contactou a DPZ e a MPM-das das maiores empresas publicitárias do país - para bolar uma campanha de propaganda em defesa do Plano Cruzado e, ainda, para desestimular o consumo e incentivar a poupança.

Ora, a população não está contra as medidas do Cruzado II por falta de publicidade. O que acontece é que o rumo tomado pelo governo é de arrancar recursos da população para poder continuar pagando a dívida externa. Antes dizia-se que o Cruzado era uma moeda forte - não se desvalorizava frente ao dólar e não tinha seu poder de compra corroído pela inflação. Agora, recomeçaram as desvalorizações e o governo, impotente frente à inflação, tenta camuflar a realidade mudando os índices que medem a espiral inflacionária. Daí o desreído.

Diz-se que a campanha publicitária pode atingir a cifra de Cr\$ 10 bilhões. Em outras palavras, uma fortuna, que sairá do que o povo paga com impostos, para ludibriar o próprio povo. O Brasil já passou por um período em que o governo tentou convencer a população que atravessávamos um milagre. "Pra frente Brasil", era o que se ouvia por todo lado. Mas o milagre era apenas uma ilusão. O povo não devia tirar lições da vida e substituir o engodo por práticas

Um bom astral para o cinema

Neste ano do quinto aniversário da morte de Glauber Rocha - comemorado com retumbante esquecimento -, o cinema brasileiro viveu relativa bonança. Duas fitas premiadíssimas - "O Beijo da Mulher Aranha" e "A Marvada Carne" - saltaram das prateleiras para o sucesso de crítica e público. E há, ainda, boas promessas para 1987.

"O beijo" cumpriu a importante função pedagógica de mostrar mais uma vez que no Brasil é possível fazer e faz-se um cinema de alto nível. O filme conseguiu sucesso internacional, não apenas nos festivais europeus - nos quais nosso cinema já se destacava desde os anos 60 -, mas também atingiu Hollywood, disputando vários "Oscars" e ganhando um.

"A Marvada Carne", singular comédia sertaneja de André Kloetzel, premiada com nove "Kikitos" em Gramado/85, ao lado de "Eu sei que vou te amar", melodrama pós-moderno de Arnaldo Jabor com o qual Fernanda Torres ganhou o prêmio de melhor atriz em Cannes/86, consolidaram a carreira desta jovem atriz, que ainda estrelou, com êxito de bilheteria, "Com licença, eu vou à luta", de Lui Farias.

Completando a lista dos filmes com grande fluxo de bilheteria, além da tradicional fita dos Trapalhões, tivemos ainda o segundo longa-metragem de Sérgio Rezende, "O homem da capa preta", biografia do polêmico Tenório Cavalcanti, político carioca dos anos 40-60, que arrebatou o "Kikito" de melhor filme em Gramado/86; e "A hora da estrela", da estreante Suzana Amaral, baseado no livro de Clarice Lispector, que também ganhou, com Marcélia Cartaxo, o prêmio de melhor atriz no Festival de Berlim/85.

Com boa carreira comercial temos dois filmes de fotógrafos: "Sonho sem fim", comédia leve de Lauro Escorel sobre a vida do cineasta gaúcho Eduardo Abelin; e "Cidade Oculta", de Chico Botelho, onde a linguagem ágil dos quadrinhos, com personagens estereotipados, belíssima fotografia - talvez, a melhor do ano - de José Roberto Eliézer, excelentes interpretações, e música de Arrigo Barnabé (também co-roteirista e ator), criam um filme diferente, com

uma criatividade desenfreada.

Em exibição a partir de dezembro está "As sete vampiras", novo exemplar do gênero terror, iniciado por seu diretor, Ivan Cardoso, com o excelente "O segredo da múmia"; e "Por incrível que pareça", de Umberto Molo, comédia - gênero que alcançou surpreendente cota de lançamentos este ano - que conta a história de um homem que, após um acidente nuclear, fica sem o corpo e perambula só com sua cabeça. E o hit doméstico de Caetano Veloso, "O cinema falado", que causou polêmica.

"Brás Cubas", de Júlio Bressane, talvez a obra-prima deste cineasta experimental, é a surpresa do ano: conseguiu a proeza de ficar quatro semanas em cartaz, fato nunca antes ocorrido com esse autor. Em contraponto, dois filmes excelentes tiveram péssimo lançamento e consequente fracasso de bilheteria: "Jogo Duro", de estreia do diretor de filmes publicitários Ugo Gergetti, e o maravilhoso "Nem tudo é verdade", misto de documentário e ficção sobre a viagem de Orson Wells ao Brasil para a filmagem de "It's All True", fita que, por impedimentos políticos da ditadura de Getúlio Vargas, jamais foi concluída.

Curta-metragens sob boicote do exibidor

Outra película mal-lançada que merece destaque é "Vento sul", de José Frozão, fita-denúncia sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos no interior do Brasil e ação perniciosa das multinacionais desinformando os agricultores e lucrando com os danos irreparáveis que esses produtos químicos trazem ao organismo humano e à ecologia.

No setor de documentários - bem mais fraco este ano -, temos "A céu aberto", de João Batista de Andrade, sobre a comoção nacional durante a agonia de Tancredo Neves; e dois filmes sobre a teologia da libertação e a atuação da Igreja no movimento popular: "Igreja dos oprimidos", de Joig Bodasky e Helena Salém, e "Igreja da Libertação", de Silvio Darin.

Já o curta-metragem teve outra



Fernanda Torres consolidou sua carreira cinematográfica durante 1986

sorte: após o saneamento do mercado desenvolvido pelo Concine, concedendo certificado de censura apenas aos curtas de qualidade, os exibidores deram seu troco: pegam as fitas, pagam, mas não exibem. Com isso o público não vê "O dia em que Dorival encarou a guarda", de José Goulart e Jorge Furtado; "A espera", de Maurício Farias e Luiz Fernando Carvalho; "Ma que bambina", de Antônio Cecílio Neto; ou "Amor que fica", de Alain Fesnot, excelentes e inéditos.

No cineclubismo, também veio a descentralização. A nova diretoria do Conselho Nacional de Cineclubes, presidida pelo paranaense José Gil de Almeida, conta ainda em sua executiva com diretores da Bahia e São Paulo. Existem federações em cinco Estados (SP, RJ, ES, BA, PR) e comissões pró-federação em Brasília e Santa Catarina. Grandes cineclubes se consolidam: Oscarito e Bixiga (São Paulo), Barão (Campinas), Estação Botafogo, UFF-Art e Macunaíma (Rio), Cineclubes de Juiz de Fora etc. A Dinalfime, distribuidora do movimento cineclubista, conseguiu, após vários anos, o equilíbrio financeiro. E o CNC, aliado a entidades congêneres de países vizinhos, caminha para a criação da Confederação Latino-

americana e do Caribe de Cineclubes. Em São Paulo, os técnicos de cinema fizeram uma grande conquista: sua carta sindical, cassada em 1969 pela ditadura, foi devolvida em dezembro. Renasce, assim, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica do Estado de São Paulo.

Ah, e a censura voltou a atacar: agora, é a censura "moral" que recrudescer. Até Chico Buarque anunciou que "não podemos esquecer que o Coriolano Fagundes" (chefe da censura) "é um policial". Enquanto isso, "Je vous salue, Marie" continua proibido, "Cidade Oculta" fica mutilado...

Uma boa safra que deve continuar em 87

Mas 1987 é um ano de promessas. Diretores consagrados lançarão suas novas obras: Hermano Penna enfoca conflitos de terra em "Fronreira Oeste", sobre roteiro de Murilo Carvalho; João Batista de Andrade conta a história de um veterano militar revolucionário da década de 20 transformado em coronel no final da vida, em "O país dos tenentes", com Paulo Autran no papel principal; Ozualdo Candeias explora a marginalidade suburbana em "As belas de Billings"; Ana Carolina penetra novamente o imaginário feminino em "Sonho de valsa"; com "Ópera do malandro", Ruy Guerra retorna ao cinema brasileiro; Nelson Pereira dos Santos, baseado em Jorge Amado, lança a co-produção franco-brasileira "Jubiabá"; Walter Lima Jr., baseado em lenda da época dos escravos, consegue finalmente levar seu "Chico rei" a circuito comercial; Francisco Ramalho Jr., relembra a vida dos intelectuais sob a ditadura em "Besame Mucho"; com "Anjos do arrebalde" e "Filme demência", Carlos Reichembach ataca em dose dupla; e mais "A história de Vera", de Sérgio Segall; "Feliz ano velho", de Gervitz; "Pedro Mico", de Ipojuca Pontes etc.. E filmes estreantes, aguardados com grande expectativa pelo seu sucesso em sessões especiais, são: "A dança dos bonecos", infantil de Helvécio Ratton; "A cor do seu destino", de Jorge Duran sobre exilados chilenos no Brasil, e o *underground*-intimista "Aveso do avesso", de Antônio de Souza Filho. (Waldir Batista)



Pedro Lacerda em "O avesso do avesso", de Tony Souza, uma promessa para o próximo ano



Titane: "Segunda fase da minha carreira" Canto brasileiro com sotaque da mineira Titane

Titane é um dos grandes valores que a música popular mineira tem criado nos últimos anos. Considerada uma intérprete de excelentes recursos e possuidora de uma bela voz, ela lança agora um novo LP, numa produção independente do Grupo Curare de Pesquisa e Divulgação Artística e Cultural. Ela canta a vida, a liberdade, as alegrias e dores de nossa gente.

T.O.: Essa é sua primeira produção onde você define a concepção geral do trabalho e o repertório. Fala um pouco sobre seu novo disco.

Titane: Este disco é a síntese de meu trabalho a partir da dissolução do grupo Mambembe, do qual eu fazia parte. Posso dizer que é a segunda fase da minha carreira. Reúne músicas, na sua grande maioria, de compositores mineiros inéditos e alguns trechos de canções de domínio público.

T.O.: Por que essa escolha?

Titane: Em grande parte a escolha do repertório foi determinada pela minha convivência profissional com os músicos e compositores que têm trabalhado por aqui, com os quais tenho muita afinidade em função de um trabalho conjunto que vim desenvolvendo. É o caso do Rubinho do Vale, do Zé Luto, do Rogério Leonel e do Eugênio Gomes.

T.O.: Esse disco tem uma temática e um estilo definidos?

Titane: Não. O que posso dizer é que ele é um disco de música popular brasileira. Baseia-se muito na linguagem musical de domínio público, em ritmos bem populares. Além disso, ele canta personagens bem típicos de nossa gente. Isso não quer dizer que ele seja um disco regionalista. Basta ver a participação especial nele de um termo de congado, a Guarda de Mocambique de N.S. do Rosário, da cidade de Oliveira - onde me criei -, ao lado do grupo Uakti, que trabalha com instrumentos e música experimental. Eu procuro conhecer e recriar os diferentes caminhos que a música popular brasileira tem criado.

T.O.: Essa é mais uma produção independente. Por que escolher esse caminho?

Titane: Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que essa não é uma escolha livre. Na medida em que eu própria defini meu repertório, essa era a única alternativa possível. As gravadoras procuram investir apenas nas produções de grande apelo comercial e padronizar nossa música. Não existe, da parte delas, o interesse em dar vazão à grande variedade de estilos e temáticas desenvolvidas pela música brasileira. Em outras palavras, elas estimulam a massificação de nossa música, em detrimento do processo criativo e, conseqüentemente, da liberdade de reflexão e expressão de todos aqueles que participam desse processo. Apesar de tudo, estou certa de que a música brasileira, que é muito rica, continua crescendo bastante. E se utiliza, para esse crescimento, da produção independente e de outros recursos, como as pequenas gravadoras que começam a surgir.

T.O.: Como é feita a comercialização do disco?

Titane: Através dos shows que tenho realizado, de algumas lojas em Belo Horizonte e São Paulo que trabalham com a produção independente, e por contato direto, pelo telefone (031) 332-8279.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011).
 Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.
 Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olivia Rangel.

ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69900.
ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
AMAZONAS - Manaus: Rua Simom Bolívar, 231, (ant. Praça da Saúde) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.
BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800.
Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100.
Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600.
Itapetininga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro - Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44060.
Paratinga: Rua Marechal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500. Salvador: Rua Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cinesa) - CEP 43700.
DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.
CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 61500.
Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000. GOIÁS - Goiânia: Rua 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.

MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000. **MATO GROSSO** - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000. **MATO GROSSO DO SUL** - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. **MINAS GERAIS** - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. **PARÁ** - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000. **PARAÍBA** - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. **Campina Grande**: Praça da Bandeira, CEP 80000. **PARANÁ** - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88, Fone: 253-7961. **PARANÁ** - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88, Fone: 253-7961. Londrina: Rua Serpente, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100. **PIAUÍ** - Teresina: Rua Desembargador Costa, 459 - Fone: 222-3044 - CEP 64.000. **PERNAMBUCO** - Cabo: Rua Vígario Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000. **RIO GRANDE DO NORTE** - Natal: Av. Dendro, 776 - Cidade Alta - R.N. - CEP 59000. **RIO GRANDE DO SUL** - Bento Gonçalves: Rua Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: Rua Tiradentes, 30 - sala 405 - CEP 92010. Caxias do

Saiu a Princípios nº 13

Neste final de ano chega a todos os pontos do País a edição número 13 da revista **Princípios**, da Editora Anita Garibaldi. Em suas 64 páginas, 9 artigos analisam em profundidade questões que vão da Ditadura do Proletariado à articulação do imperialismo para tomar conta das empresas estatais nacionais.

Tem também um texto inédito de Karl Marx sobre a Comuna de Paris, outro artigo de August Bebel sobre os direitos e a participação da mulher na política. Luis Fernandes analisa a diferença entre o pensamento liberal e o marxismo. Nilton Tornerio levanta a discussão sobre a assistência sanitária primária. Clóvis Mello concluiu seu artigo iniciado na **Princípios** número 12 sobre a literatura brasileira e seu conteúdo social e Enio Lins traça um perfil da charge política no Brasil desde tempos imemoriais.

A revista **Princípios** pode ser obtida em livrarias, nas sucursais da Tribuna Operária em todos os Estados e na livraria e Editora Anita Garibaldi, na avenida Brigadeiro Luiz Antonio, 1511, na Bela Vista, em São Paulo, capital. Telefone: 251.2729. O preço é de R\$ 2,00.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Saiu a Princípios nº 13

Neste final de ano chega a todos os pontos do País a edição número 13 da revista **Princípios**, da Editora Anita Garibaldi. Em suas 64 páginas, 9 artigos analisam em profundidade questões que vão da Ditadura do Proletariado à articulação do imperialismo para tomar conta das empresas estatais nacionais.

Tem também um texto inédito de Karl Marx sobre a Comuna de Paris, outro artigo de August Bebel sobre os direitos e a participação da mulher na política. Luis Fernandes analisa a diferença entre o pensamento liberal e o marxismo. Nilton Tornerio levanta a discussão sobre a assistência sanitária primária. Clóvis Mello concluiu seu artigo iniciado na **Princípios** número 12 sobre a literatura brasileira e seu conteúdo social e Enio Lins traça um perfil da charge política no Brasil desde tempos imemoriais.

A revista **Princípios** pode ser obtida em livrarias, nas sucursais da Tribuna Operária em todos os Estados e na livraria e Editora Anita Garibaldi, na avenida Brigadeiro Luiz Antonio, 1511, na Bela Vista, em São Paulo, capital. Telefone: 251.2729. O preço é de R\$ 2,00.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Chacina da Lapa, 10 anos depois

Haroldo Lima e Elza Monnerat, sobreviventes, falam sobre este crime da ditadura

A ditadura já completara 12 anos. No plantão da Presidência da República estava o quarto general consecutivo, Ernesto Geisel. As forças de esquerda do país, em sua quase totalidade, estavam desbaratadas, algumas desaparecendo. Poucas direções de agrupamentos revolucionários não tinham sido golpeadas. A política de tortura e assassinato imposta pelos generais começara a ser desmascarada. A sociedade civil dava mostras de organização inicial, porém ampla e decidida. A guerrilha do Araguaia, desencadeada há quatro anos, estava batida, mas seu exemplo repercutia, furava o bloqueio da censura e atormentava os ditadores. O PC do B, que dirigira a guerrilha do Araguaia ao choque armado contra o regime, permanecia ativo. Os órgãos de segurança buscavam destruir a direção do partido, já duramente golpeado, tendo perdido sete de seus principais dirigentes.

O I Exército, sediado no Rio de Janeiro, consegue localizar a casa onde estava reunido o Comitê Central do PC do B no bairro da Lapa, em São Paulo. A proporção que os participantes saem da reunião são presos. Depois a casa é bombardeada e dois de seus ocupantes assassinados friamente: Pedro Pomar e Ângelo Arroyo. O alvo principal era João Amazonas... Logo em seguida, no início da tortura, morre João Batista Drumond. Quatro outros dirigentes do partido são presos. A tortura foi usada violentamente. Depois, as celas-fortes, os julgamentos arbitrários pela Justiça Militar,



as condenações, o cumprimento das penas, as lutas nos cárceres, as greves de fome, a anistia.

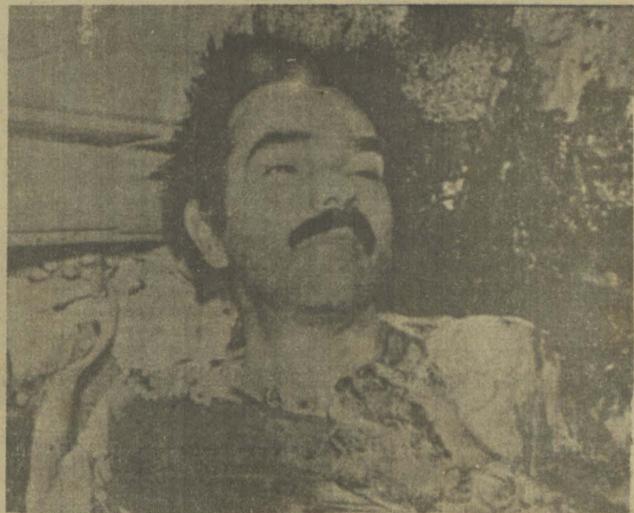
A repercussão da chacina foi maior do que a ditadura previa. No exterior foi grande o protesto. Daí por diante a repressão fascista não mais pôde assassinar, diminuiu a tortura, passou à defensiva. A Chacina

da Lapa foi o último grande crime da ditadura.

Hoje o partido, tido como extinto na chacina, está implantado em todo o território nacional, aumentou o número de seus membros milhares de vezes, continua defendendo e aplicando o marxismo-leninismo. Dois dos

sobreviventes à chacina foram reeleitos deputados federais: Haroldo Lima, da Bahia, e Aldo Arantes, de Goiás, membros da futura Constituinte.

Dez anos depois da Chacina da Lapa o PC do B mais do que nunca está de pé, cresce. E homenageia os que tombaram na luta.



A porta destruída pelo Exército, um símbolo da violência; Pedro Pomar e Ângelo Arroyo, assassinados na madrugada na casa da Lapa

Uma história de traição e violência militar

O regime militar obrigara as forças revolucionárias à clandestinidade mais completa. O PC do B, que já vivera sob o terror fascista do Estado Novo, reorganizara todo um trabalho para a vida clandestina. Normas rígidas eram seguidas de cima a baixo do partido. Todos nós tínhamos identidade de fria. Poucos sabiam o nome verdadeiro de outro companheiro. As residências eram sigilosas. Os 'pontos' de encontro nas ruas, ou em cidades vizinhas, espaçados por semanas.

O horário era observado com rigor. Se dentro de dez minutos, no máximo, a pessoa não 'entrasse no ponto' este era suspenso e o alarma, em geral, era dado. Uma reunião do Comitê Central, nessas condições, era uma operação delicada.

Em primeiro lugar, o pleno do CC não se reunia. Em geral cerca de metade dos quadros não participava das reuniões. Convocado um encontro, ninguém sabia a data exata do mesmo, muito menos o local de sua realização. Todos 'cobriam', em São Paulo 'pontos de chegada'. Se tudo estivesse bem, recebiam outros 'pontos' em bairros totalmente diferentes para dois dias depois, para o dia seguinte, ou para poucas horas após. Ai, sempre à noite, e em ruas pouco movimentadas que permitiam a observação da 'retaguarda', os companheiros eram 'apanhados', conduzidos a ruas próximas onde, de repente, por trás, um carro se aproximava. Já no carro, de olhos fechados o pessoal partia dando voltas, para um local desconhecido. Quando, cerca de uma hora depois, o carro

parava no interior da garagem de um 'aparelho' e o dirigente era retirado e conduzido ao interior da casa, não tinha qualquer noção da região da cidade em que se encontrava.

Foi um esquema assim que o Exército furou, através de uma traição verificada no Rio de Janeiro. Jover Teles, membro da direção, preso meses antes se acovardou e prometeu 'entregar' os principais dirigentes, inclusive João Amazonas. Foi à reunião, fazendo papel de Judas, sabendo que muitos estavam marcados para morrer.

O BEIJO DE JUDAS

Na madrugada do dia 16 o Exército julgava que na casa da rua Pio XI só restavam poucos ocupantes, entre eles o camarada Amazonas. Atacou-a com bombas e metralhadoras. Maria Trindade, que tomava conta da residência já estava acordada. Vira Ângelo Arroyo entrar no sanitário, ainda de pijama. Foi quando uma bomba de alta potência explodiu, abalando a estrutura da casa. Arroyo saiu imediatamente do banheiro e perguntou a Maria o que tinha sido aquilo. Imediatamente uma rajada de metralhadora lhe tirou a vida, fria e covardemente. Maria foi arremessada ao chão e um inferno de tiros se desencadeia como se houvesse alguma força armada a ser atacada. Cessado o tiroteio restaram no chão, cravejados de balas, os companheiros Ângelo Arroyo e Pedro Pomar.

O traidor, ao ser retirado da casa, pouco antes, conseguira 'escapar' com outro participante da reunião. Os demais foram presos, entre os quais eu, Elza Monnerat, Aldo Arantes e Wladimir Pomar. João Batista Franco Drumond, preso, não resistiu às primeiras torturas e morreu. Maria Trindade e Joaquim Celso de Lima, o motorista, também foram detidos. E passaram a ser torturados em São Paulo. Eu, Elza e Aldo fomos transferidos para o Rio de Janeiro. Durante 11 dias e noites sofremos as mais bárbaras sevícias.

Quando, dias depois, o Exército reconhece nossa prisão e informa o ocorrido as mentiras mais sórdidas vêm à tona, com fotografia e tudo. O Exército havia "descoberto" o local onde estava reunido um grupo de terroristas. Ao dar ordem de prisão foi recebido com um ataque de fuzilaria. Ocorreu então um tiroteio, findo o qual morreram Arroyo e Pomar.

Os torturadores, por mais de uma vez, disseram-se enganados: acreditavam que no ataque final encontrariam e matariam João Amazonas. O traidor não sabia que Amazonas viajara, de última hora, para participar do VII Congresso do Partido do Trabalho da Albânia.

Ao registrar os 10 anos da Chacina da Lapa, queria homenagear os companheiros que tombaram, retirados pelo Exército da luta proletária. (Haroldo Lima)

Elza fala sobre os camaradas que perdeu na matança de 76

Pedro Ventura Felipe de Araujo Pomar. Só vim a fixar o nome dele na prisão. Parece mentira mas ele só era conhecido por Pomar ou então pelos nomes 'frios' que tinha em cada momento. Naquela época era assim... Pomar foi estudante de medicina, depois se transformou em jornalista. Era um estudioso de história e sempre esteve ligado à imprensa do partido.



Elza Monnerat: o partido perdeu muito

Eu o conheci em 1947. Mas devido à clandestinidade não tive muito contato com ele. Só fui conhecê-lo mais na reorganização do partido, em 1962. Ficamos do mesmo lado, com o Partido Comunista do Brasil. Era um homem alegre e sorridente. Nasceu em 23 de setembro de 1913 em Óbidos, no Pará. Foi preso diversas vezes, no movimento estudantil. Em 1941 foi preso juntamente com João Amazonas. Mas ambos conseguiram fugir, subindo os rios Tocantins e Amazonas, mudando de transporte, dormindo no mato.

Em 1947, foi eleito deputado federal por São Paulo, pela legenda do PSB. Ele desempenhou importante papel na reorganização do partido, em 1962. Ângelo Arroyo, dirigente sindical metalúrgico, foi o que conheci mais de perto. Tinha grande preocupação com a teoria científica do marxismo-leninismo e, mesmo sendo operário, tinha muita cultura; estudava sozinho. Também

ajudou a reorganizar o partido em 1962.

Participou ativamente da resistência armada do Araguaia. Fazia parte da comissão militar, juntamente com Maurício Grabois, João Amazonas e Gilberto Olímpio (genro de Grabois).

De início ele atuou no Bico de Papagaio. Eu fui para o Faveiro. Acho que ambos chegamos nas áreas na mesma época, em 1967. Eu tinha 54 anos, era a 'tia', que abriu uma quitanda para vender mantimentos mais baratos à população.

Em dezembro de 1973 ele se dirigia para um ponto da mata para encontrar-se com Grabois e outros companheiros. Ouvi um tiroteio e o barulho de helicópteros, que ou levavam reforços ou buscavam os corpos dos mortos. Grabois deve ter morrido nessa época.

Em janeiro de 1974 Arroyo retornou a São Paulo para buscar ajuda para a guerrilha. Passou a escrever para "A Classe

Operária", órgão central do partido. Na chacina da Lapa, morreu porque ficou mais tempo na casa para redigir o jornal junto com Pomar.

Era um grande companheiro, com um sentido de responsabilidade extraordinário.

João Batista Franco Drumond, era o mais jovem de todos, tinha cerca de 30 anos. Dele só sei dizer que era muito ativo. Não tive tempo de conhecê-lo mais. Posso garantir que ele morreu sob tortura, porque após a reunião fomos levá-lo até a Avenida 9 de Julho por volta das 21 horas. Deve ter sido espancado, pois tinha fratura de crânio e em muitos outros locais. Os militares não queriam que a família abrisse o caixão. Mas abriram Corria água do nariz o que, segundo o médico da família indicava fratura da base do crânio.

Nosso partido perdeu três grandes quadros nessa época.

Além disso foram presos Haroldo Lima, eu, Aldo Arantes e Wladimir Pomar. A ditadura também não poupou Maria Trindade, que cuidava da casa e é uma militante exemplar, nem o chofer, Joaquim.

Estive na mesma cela com Maria. É um quadro simples, modesto, de muita firmeza. Tanto ela quanto Joaquim sofreram igualmente brutais torturas. Maria comemorou comigo, no presídio do Carandiru, em 18 de fevereiro de 1977, o aniversário de reestruturação do partido. Com copo d'água... Em junho de 1977 ela foi absolvida em julgamento. Eu, Aldo, Haroldo ficamos até a anistia, no final de agosto de 1979. (Elza Monnerat)

O sangue em flor renascerá

Desde que os militares se apossaram do poder, em 1964, o povo brasileiro viveu os dias mais negros de sua história. Centenas de mortos, torturados e desaparecidos foram o triste saldo de um novo ciclo de ditaduras militares que se iniciava na América Latina na década de 60 sob a égide da doutrina de "segurança nacional".

Tomado de surpresa, desorganizado, o povo brasileiro ofereceu de início pouca resistência ao regime de força. Mas pouco os setores democráticos e patrióticos foram se organizando, criando um movimento de repúdio aos militares.

A luta pela liberdade custou o suor e o san-

gue de muitos combatentes. O Partido Comunista do Brasil foi a força política que pagou maior tributo na oposição ao regime militar fascista.

Além de 11 membros de sua direção o PC do B perdeu dezenas de valiosos quadros na guerrilha do Araguaia, todos eles "desaparecidos" cujas famílias movem processo na Vara Federal de Brasília.

Ao todo, o PC do B perdeu cerca de 100 pessoas em cerca de 100 militantes. Na tortura ou na luta, derramaram seu sangue generoso por um sonho que ainda há de se concretizar: o fim da exploração do homem pelo homem, a liberdade e o socialismo.



Haroldo, hoje Constituinte; Amazonas abraça Trindade